

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico****Superintendência de Política Minerária, Energética e Logística****Nota Técnica nº 33/SEDE/SPMEL/2021****PROCESSO Nº 1220.01.0006222/2020-49****Revisão da Legislação do Mercado Livre de Gás Natural Canalizado em Minas Gerais
Análise das Contribuições à Consulta Pública nº 18/2020****1. OBJETIVOS**

Analisar as contribuições recebidas no âmbito da Consulta Pública nº 18/2020, a qual revisa a legislação do mercado livre de gás natural canalizado do Estado de Minas Gerais.

2. FUNDAMENTOS

Os documentos disponibilizados para a Consulta Pública nº 18/2020 foram os seguintes:

- Minuta de Resolução SEDE: proposta de alteração das Resoluções SEDE nº 17 e nº 18, de 9 de dezembro de 2013;
- Nota Técnica nº 44/SEDE/SPMEL/2020: embasa as alterações propostas na redação das Resoluções SEDE nº 17 e nº 18, de 9 de dezembro de 2013;
- Resolução SEDE nº 17/2013: dispõe sobre o mercado livre de gás natural canalizado do Estado de Minas Gerais e as condições gerais de acesso à prestação do serviço de distribuição de gás canalizado ao consumidor livre, autoimportador e autoprodutor; e
- Resolução SEDE nº 18/2013: dispõe das regras para o exercício da atividade de comercialização no Estado de Minas Gerais.

3. CONTRIBUIÇÕES

Foram recebidas contribuições das seguintes instituições:

- ABRACE – Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres;
- ABRACEEL – Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia;
- ABEGÁS – Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado;
- FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais;
- GASMIG – Companhia de Gás de Minas Gerais;
- IBP – Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás;
- PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S.A.; e

- VALE S.A.

Ressalta-se que, no caso da ABRACE, outras entidades endossaram a contribuição enviada, a saber:

- ABAL – Associação Brasileira do Alumínio;
- ABEMI – Associação Brasileira de Engenharia Industrial;
- ASPACER – Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento; e
- APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica

A SEDE agradece por todas as contribuições recebidas. Cada capítulo identifica as contribuições de um participante.

4. ABRACE

4.1. Resolução SEDE nº 17/ 2013 - Artigo 3º

Contribuição 1

“[...]

na visão da ABRACE, estabelecer um limite temporal para a migração do consumidor ao mercado livre só seria necessário caso a migração deste consumidor implicasse em ônus à concessionária local ou ao mercado cativo. Sendo assim, sugerimos que a Resolução proposta considere o aviso prévio somente se estiver associado à comprovação pela Concessionária de ônus decorrente desta migração.”

Resposta

O prazo estabelecido para migração ao mercado livre visa a garantir a capacidade de planejamento da concessionária. Ainda assim, a alteração proposta nesta consulta pública visou à redução do prazo para que a migração seja efetivada.

A contribuição já se encontra contemplada no atual regulamento, conforme art. 3º, §8º da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013.

Contribuição acatada.

4.2. Resolução SEDE nº 17/ 2013 - Consumidor Parcialmente Livre

Contribuição 2

“[...]

Um outro ponto que merece ser considerado pela autoridade reguladora diz respeito ao estabelecimento do consumidor parcialmente livre. Como trata-se de um mercado em transição é possível que a escolha pela migração seja gradual, até mesmo para permitir aos consumidores o gerenciamento dos riscos envolvidos neste processo. Esta definição é fundamental para um mercado ainda em fase de amadurecimento que não possui ferramentas e mecanismos adequados de oferta para caso ocorra interrupções no fornecimento de gás natural, por exemplo mercados de curto prazo e secundário.”

Resposta

Considera-se que a regra estabelecida na proposta de revisão do mercado livre de gás não se opõe à contratação nos ambientes livre e regulado simultaneamente. Nesse sentido, acrescentou-se o §10º ao art. 3º da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013.

Contribuição acatada.

4.3. Resolução SEDE nº 17/ 2013 – Capítulo V

Contribuição 3

“[...]

Do mesmo modo, cabe ressaltar a importância do papel da autoridade reguladora em preservar a neutralidade das penalidades relativas à operação da concessionária em atendimento tanto do mercado livre como do cativo. Assim como de dirimir o tratamento destas penalidades em resolução específica, estabelecendo uma conta regulatória que permita que a receita obtida através destas penalidades não seja absorvida indevidamente pela distribuidora, mas seja aplicada em prol da modicidade tarifária ao mercado correspondente (livre ou cativo).”

Resposta

As penalidades aplicáveis à concessionária não são objeto do regulamento em discussão na presente consulta pública.

Contribuição não acatada.

4.4. Resolução SEDE nº 17/ 2013 - Tarifa de Uso Específico (TUSD-e)**Contribuição 4**

“[...]

É também de suma importância que nesta oportunidade de revisão regulatória do mercado livre em Minas Gerais, a SEDE considere normatizar a cobrança da tarifa de uso específico, usualmente denominada TUSD-e, assim como definir as regras para investimentos de usuários interessados na construção de ramais específicos. Este tema é de fundamental importância na configuração do livre mercado, uma vez que torna oportuno o atendimento de usuários que não estejam interligados ao sistema de distribuição, através de tratamento adequado na formatação tarifária destas instalações.”

Resposta

A TUSD-e não é objeto do regulamento em discussão na presente consulta pública.

Contribuição não acatada.

4.5. Resolução SEDE nº 17/ 2013 - Custo de Comercialização**Contribuição 5**

“[...]

Em relação a este tema, também frisamos a necessidade de a SEDE definir o percentual correspondente ao custo com a comercialização para desconto na TUSD a ser aplicadas para usuários do mercado livre. Em que pese a revisão tarifária ter sido deliberada em 2019, até hoje não houve efetivo cálculo deste percentual em atendimento a regulação exposta.”

Resposta

Os custos de comercialização para desconto na TUSD foram definidos na 1ª Revisão Tarifária Ordinária, conforme estabelece a Resolução SEDE nº 8, de 18 de setembro de 2019. Atualmente o percentual está fixado em 1,75%. Esse será reavaliado a cada revisão tarifária.

Contribuição não acatada.

4.6. Resolução SEDE nº 18/ 2013 - Atividade de Comercialização em Minas Gerais**Contribuição 6**

“[...]

No que concerne à Resolução nº 18/2013, que trata das regras específicas ao exercício da atividade de Comercialização em Minas Gerais, novamente frisamos o entendimento da ABRACE de que, uma vez que

cabe aos estados explorarem os serviços locais de gás canalizado – direta ou indiretamente por meio de concessão – seu papel regulador fica circunscrito apenas à sua área de concessão, não se estendendo à negociação comercial por agente livre que é realizada em âmbito federal, portanto de regulação da ANP.

Ao impor regras em duplicidade ou demasiadamente rígidas à atuação destes agentes poderá haver menos supridores querendo atuar no estado e optando por transacionar em outros mercados.”

Resposta

A comercialização no ambiente de contratação livre em área de concessão do serviço de distribuição de gás canalizado deve permitir que a concessionária e o regulador tenham conhecimento das empresas habilitadas ao fornecimento. Essa regra permite melhor planejamento para o uso dos dutos e melhor garantia de cumprimento de todas as obrigações em relação ao Estado de Minas Gerais.

Discorda-se que haja regras “demasiadamente rígidas” para o cadastramento de comercializadores. O procedimento de inscrição e a manutenção do cadastro são livres de tarifas, dando-se da forma a mais simples possível.

Contribuição não acatada.

4.7. Resolução SEDE nº 18/ 2013 - Artigo 4º

Contribuição 7

“[...]

Ademais, a exigência para que o consumidor livre tenha que obter autorização de comercializador para vender seus excedentes não se relaciona nem mesmo com o conceito e objetivo de sua atuação, na medida em que o consumidor, nesse caso, não tem qualquer intenção de tornar essa venda parte do seu business. Tal exigência somente gera burocracia e custos desnecessários, contrariando o disposto na legislação federal em vigor. Neste aspecto, cabe à SEDE, no cumprimento de sua função reguladora, além de determinar quais condições racionais para que consumidores possam migrar para o mercado livre, regular os contratos de uso do sistema de distribuição (CUSD).

Vale mencionar que a venda de excedentes tem como único objetivo adequar portfólios e gerenciar riscos diante de uma parada não programada ou redução da demanda por condições exógenas e adversas ao plano energético previamente delineado por estes consumidores. Em geral, contratos são firmados no longo prazo com cláusulas de consumo e uso de capacidade mínima. Assim, a possibilidade de os consumidores livres venderem excedentes é necessária para garantir o adequado gerenciamento dos contratos firmados, além de ser positivo para o desenvolvimento da liquidez do mercado.”

Resposta

Concordamos que a comercialização de excedentes é uma ferramenta importante para dar dinamicidade ao mercado de gás canalizado. No entanto, permitir que consumidores comercializem seus excedentes sem que tenham que se submeter a regras idênticas às aplicáveis aos comercializadores seria tratamento desigual, isto é, incentivaria práticas anticoncorrenciais.

Os contratos de uso do sistema de distribuição serão regulados conforme proposto na minuta submetida à presente consulta pública, art. 5º-A.

Contribuição não acatada.

4.8. Resolução SEDE nº 18/2013 - Revogação

Contribuição 8

“[...]

as exigências propostas à comercialização do gás natural pelo estado de Minas Gerais têm potencial para reduzir a pluralidade de agentes e a liquidez nas transações a serem realizadas neste estado. Por isso, sugerimos a revogação da Resolução nº 18 de 09 de dezembro de 2013.”

Resposta

Ver resposta da contribuição 6.

Contribuição não acatada.

4.9. Resolução SEDE nº 17/ 2013 – Alterações Artigo 2º**Contribuição 9**

“[...]

Art. 2º - Os incisos VI, VIII, XII, e XIII, XIV, XVIII e XXVI do art. 2º da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - [...]

[...]

VI - CAPACIDADE CONTRATADA: é capacidade que a concessionária deve reservar em seu sistema de distribuição para movimentação de quantidades de gás contratadas pelo consumidor livre ou parcialmente livre, autoimportador ou autoprodutor e disponibilizadas à concessionária no ponto de recepção, para movimentação até o ponto de entrega, expressa em metros cúbicos por dia, nos termos do respectivo contrato de serviço de distribuição;

Justificativa: incluir o conceito de previsão de consumidor parcialmente livre, fundamental para este momento de transição a um mercado mais líquido e competitivo de gás natural, como já justificado na introdução deste documento.

VIII- COMERCIALIZADOR: ~~pessoa jurídica autorizada a vender gás ao consumidor livre na área de concessão conforme legislação vigente~~ pessoa jurídica autorizada pela ANP a comercializar gás natural;

Justificativa: adequar o conceito de comercializador, que em atendimento ao regramento legal é uma figura regulada e autorizada pela ANP.

[...]

XII - CONSUMIDOR CATIVO: consumidor de gás ~~residencial, comercial ou veicular ou aquele consumidor que não tiver condições ou que não exerceu a opção de adquirir o gás de um comercializador, agente produtor ou importador~~;

XIII - CONSUMIDOR LIVRE: consumidor de gás, ~~relacionado a único ponto de entrega~~ que exerceu a opção de adquirir o gás de outro agente que atua no Mercado Livre um comercializador, agente produtor ou importador;

XIV - CONSUMIDOR POTENCIALMENTE LIVRE: consumidor de gás, ~~relacionado a único ponto de entrega, atendido, ou a ser atendido, pela concessionária, que atenda às necessidades previstas nesta resolução para tornar-se um consumidor livre~~;

Justificativa: Não limitar o atendimento ao consumidor livre (e potencialmente livre) a um único ponto. Destacamos que a flexibilização do atendimento ao consumidor livre, neste sentido, é fundamental para não prejudicar a negociação de contratos de suprimentos por grandes consumidores industriais que possuem em seus processos produtivos mais de um ponto para recebimento do gás natural;

[...]

XVIII- MERCADO LIVRE: ~~ambiente de contratação que compreender a disponibilização do serviço de distribuição pela concessionária e a comercialização de gás para consumidor livre, por comercializador, agente produtor ou importador~~ onde a comercialização é exercida em livre competição, obedecendo os critérios de enquadramento como consumidor livre ou parcialmente livre, conforme regulação da ANP;

Justificativa: adequar a definição de mercado livre, em que as transações comerciais poderão ser exercidas por qualquer agente livre autorizado pela ANP, também com o objetivo de trazer mais liquidez às transações

comerciais.

[...]

XXVI - SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO: redes gerais, ramais de distribuição e demais equipamentos e instalações operadas pela concessionária, necessários à prestação do serviço de distribuição conjunto de tubulações, instalações e demais componentes, que interligam os pontos de recepção e os pontos de entrega, indispensáveis à prestação do serviço de distribuição de gás canalizado, excluindo as instalações de uso específico;

Justificativa: adequar a definição de Sistema de Distribuição, normalmente utilizado para rede interligada, excetuando as redes específicas. Mesmo que sejam operadas pela distribuidora, estas instalações devem ter tratamento tarifário distinto, considerando apenas os custos de investimento e operação envolvidos nestas instalações, uma vez que seus usuários não se beneficiam do sistema de distribuição.”

Resposta

Proposta de redação proposta para o inc. VI: Ver resposta à contribuição 2.

Proposta de redação proposta para o inc. VIII: Ver resposta às contribuições 6 e 8.

Proposta de redação proposta para o inc. XII é inepta.

Proposta de redação para o inc. XIII e XIV: A expressão “relacionado a único ponto de entrega” visa limitar a possibilidade de migração ao mercado livre de consumidores que atendam o mínimo necessário em um mesmo ponto de entrega, o que leva em consideração o nível de maturidade do mercado de gás canalizado em Minas Geras. Espera-se que essa limitação possa ser removida futuramente. Quanto à possibilidade de aquisição de “outro agente que atua no mercado livre”, a redação é redundante, uma vez que tratar-se-á necessariamente de comercializador.

Proposta de redação proposta para o inc. XVIII: Ver resposta às contribuições 6 e 8.

Proposta de redação proposta para o inc. XXVI: Ver resposta à contribuição 4.

Contribuição parcialmente acatada.

4.10. Resolução SEDE nº 17/ 2013 - Inclusões Artigo 2º

Contribuição 10

[...]

XXX – CONSUMIDOR PARCIALMENTE LIVRE: consumidor que possui contratação simultânea de compra e venda de gás no Mercado Livre e Mercado Regulado;

Justificativa: além do que já foi mencionado na introdução desta contribuição, a migração para o mercado livre é uma opção do Consumidor, e dessa forma, em linha com os dispositivos legais relativos ao tema, faz-se de suma importância positivar a figura do Consumidor Parcialmente Livre, cuja relação com a Concessionária será mista e merece regulamentação adequada.

A opção de contratação simultânea nos mercados cativo e livre existe em outras regulações estaduais, como São Paulo e Minas Gerais, e podem servir de benchmarking para esta Secretaria.

[...]

XXXI - TARIFA DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO (TUSD): tarifa que compreende a prestação do serviço de distribuição de gás canalizado ao consumidor livre e parcialmente livre, autoprodutor ou auto-importador, nos termos desta Regulação.

Justificativa: é de fundamental importância a definição da tarifa relacionada à prestação do serviço pela distribuidora, em atendimento aos usuários do mercado livre.

[...]

XXXII - INSTALAÇÕES DE USO ESPECÍFICO: todas instalações, incluindo gasodutos que conectam diretamente o consumidor livre, o auto-importador, ou autoprodutor ao transporte, UPGN ou terminais de GNL, por meio de ramal específico não interligado ao sistema de distribuição.

Justificativa: sugere-se a inclusão da definição de instalações de uso específico, conforme previsto na presente resolução, ora em revisão, e em atendimento à Lei Federal nº 11.909/2009.

A regulação da construção destes ramais se faz necessária para que usuários distantes do sistema de distribuição possam se beneficiar dos serviços locais de gás canalizado, se assim desejarem. Este conceito beneficiará tanto os usuários, como a distribuidora e o Estado de Minas Gerais que contarão com o aumento do serviço (receita) e investimentos.

[...]

XXXIII - TARIFA DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ESPECÍFICA (TUSD-e): Tarifa que compreende a prestação do serviço de distribuição de gás canalizado para uso específico, nos termos desta Regulação e nos termos do Art. 46 da Lei Federal nº 11.909, de 2009, e regulamentações posteriores ou que vierem a substituí-la.

Justificativa: uma vez definida as instalações de uso específico, faz-se necessário também conferir tratamento adequado aos componentes tarifários desta infraestrutura.”

Resposta

Proposta de inclusão do inciso XXX não se mostra necessária. Ver resposta à contribuição 2.

Proposta de inclusão do inciso XXXI não se mostra necessária. Ver resposta à contribuição 5.

Proposta de inclusão dos incisos XXXII e XXXIII não se mostra necessária. Ver resposta à contribuição 4.

Contribuição parcialmente acatada.

4.11. Resolução SEDE nº 17/ 2013 – Alterações Artigo 3º

Contribuição 11

“[...]

Art. 3º - Os incisos I e II, parágrafo 1º e parágrafo 5º do art. 3º da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º - [...]

I - Para consumidor potencialmente livre já atendido pela concessionária ter capacidade contratada com a concessionária ~~volume contratado no âmbito do mercado livre~~ de pelo menos o equivalente a 5.000 m³/dia (cinco mil metros cúbicos por dia);

II - O consumidor potencialmente livre que seja conectado à rede a partir da data de abertura do mercado poderá ser consumidor livre ou parcialmente livre, desde que possua contrato de capacidade com a concessionária ~~fornecimento para consumo próprio, no âmbito do mercado livre, por um período mínimo de 1 (um) ano; e que o volume contratado seja no mínimo o~~ equivalente a 5.000 m³/dia (cinco mil metros cúbicos por dia).

~~§ 1º - O consumidor livre deverá ter consumo diário médio, computado em período de doze meses, igual ou superior a 5.000 m³ (cinco mil metros cúbicos), para permanecer na condição de consumidor livre.~~

[...]

~~§ 4º - O consumidor potencialmente livre para se tornar consumidor livre, que tiver contrato vigente de fornecimento com a concessionária celebrado em data anterior a da abertura do mercado, conforme indicado no art. 4º desta resolução, é obrigado a informar sua intenção de se tornar consumidor livre com antecedência mínima de 1 (um) ano antes do vencimento de seu contrato com a concessionária através de aviso prévio, devendo cumprir o respectivo contrato até o seu vencimento.~~

§ 5º – O consumidor potencialmente livre que celebrar contrato no âmbito do mercado regulado com a concessionária ~~a partir da data de abertura do mercado~~, conforme indicado no art. 4º desta resolução, é obrigado a informar sua intenção de se tornar consumidor livre a qualquer tempo, limitado a 120 dias de com antecedência ao mínima de 120 dias antes do vencimento de seu contrato com a concessionária, através de aviso prévio, devendo cumprir o respectivo contrato até o seu vencimento.

[...]

Justificativa: uma vez que cabe legalmente à autoridade reguladora estadual delimitar o mercado cativo, não faz sentido algum que a SEDE estabeleça obrigações comerciais ao consumidor livre, negociação que acontecerá à montante do citygate, portanto fora da esfera de competência regulatória estadual.

Assim, a regulação não deve se ater ao volume para que um usuário esteja apto ao mercado livre, mas à capacidade que este usuário deverá contratar com a distribuidora. Isto posto, ao invés de prever “volume contratado no âmbito do mercado livre”, conforme proposta original, sugerimos a readequação do texto para “capacidade contratada com a concessionária”, serviço que oferecerá ao usuário no âmbito do mercado livre.

Do mesmo modo, sugerimos suprimir o § 4º para que não haja tratamento diferenciado de consumidores que já possui contratos firmados com a Concessionária antes da criação do mercado livre no Estado.

Mantém-se os demais dispositivos deste artigo.”

Resposta

A regulação do mercado livre de gás estabelece que o consumidor livre mantenha consumo mínimo de 5.000 m³ diários, considerando-se a média anual, para que possa se manter no mercado livre. Essa premissa se dá para que não haja comprometimento da capacidade do sistema de distribuição sem seu uso efetivo em cenários hipotéticos de mercado livre altamente vantajoso. Nesse sentido, a proposta de alteração da redação dos inc. I e II e §1º não são acatadas.

Quanto à supressão do § 4º, a regra se aplicava no início da vigência do mercado livre em Minas Gerais, ocorrida em 2014, e já perdeu sua eficácia. Incluiu-se disposição expressa para sua revogação.

Quanto à proposta de modificação do §5º, ver resposta à contribuição 1.

Contribuição parcialmente acatada.

4.12. Resolução SEDE nº 17/ 2013 - Inclusões Artigo 3º

Contribuição 12

[...]

§ 10º – O cumprimento do aviso prévio, conforme disposto no § 5º somente será necessário caso a Concessionária comprove que a migração do consumidor ao mercado livre poderá acarretar ônus à concessão ou ao mercado cativo.

Justificativa: caso a migração do consumidor ao mercado livre não implique em ônus à concessionária, não se vislumbra a necessidade de estabelecimento desta previsão regulatória.

Assim, sugerimos a retirada da limitação temporal para a migração, com exceção aos casos em que haja implicações de custos adicionais à concessionária, cabendo a ela a comprovação do ônus.”

Resposta

Ver resposta à contribuição 1.

Contribuição parcialmente acatada.

4.13. Resolução SEDE nº 17/2013 – Inclusão de Artigos

Contribuição 13

[...]

“Art. XX - Ao consumidor livre ou parcialmente livre será permitida a venda de volumes excedentes, que foram contratados, mas não foram utilizados em suas instalações.

Justificativa: a previsão de o consumidor livre poder comercializar seus excedentes é importante para o gerenciamento dos riscos envolvidos na contratação de molécula.

Frisa-se que o objetivo não é a comercialização, como atividade fim, mas sim a venda de excedentes como medida para mitigar riscos e gerenciar portfólios, uma vez que variações da demanda podem ocorrer em função de, por exemplo, alterações tecnológicas, alterações nos planos de expansão – tanto para adiar quanto para adiantar a produção – ou até mesmo variações das condições do mercado.

No setor elétrico brasileiro a venda de excedentes pelo consumidor é permitida e tem sido considerada como um grande avanço para este mercado como um todo.

[...]

Art. XX - A Concessionária, para exercer a atividade de Comercializador, deverá constituir pessoa jurídica distinta e com fins específicos à Comercialização, a qual deverá ter independência técnica, financeira, operacional, de gestão e contábil da concessionária sendo vedado, portanto, o compartilhamento dos seus membros, colaboradores, instalações, ativos tangíveis e intangíveis, sistemas operacionais.

§ 1º - Em atendimento à independência expressa no caput é vedado aos membros dos órgãos diretivos, de gestão, de fiscalização e de todo escalão da Comercializadora atuarem ou exercerem funções nas atividades da Concessionária.

§ 2º - É vedada a divulgação, entre Concessionária e Comercializadora relacionada, de toda e qualquer informação concorrencialmente sensível e/ou confidencial a que tiverem acesso no curso da prestação de suas referidas atividades, sob pena de caracterização de infração à ordem econômica.

Justificativa: por mais que se imponha a separação operativa e contábil, a experiência internacional demonstra a vantagem informacional do mercado de distribuição sobre o exercício da atividade de comercialização por parte da concessionária ou seu grupo econômico.

Caso a regulação não promova a independência entre estas atividades, assim como a transparência da atividade de distribuição, a possibilidade de obtenção de vantagens indevidas poderá causar prejuízo, ou até mesmo, comprometer o acesso de outros comercializadores.”

Resposta

Proposta de redação de novo artigo sobre comercialização de excedentes é desnecessária. Ver resposta à contribuição 7.

Proposta de redação para regular a atuação da concessionária como comercializadora de gás foi considerada para revisão do art. 5º da Resolução SEDE nº 18, de 9 de dezembro de 2013.

Contribuição parcialmente acatada.

4.14. Resolução SEDE nº 17/ 2013 - Alterações Artigo 5º-A

Contribuição 14

[...]

Art. 5º-A – A concessionária do serviço de distribuição de gás canalizado em Minas Gerais deverá apresentar ao regulador, no prazo de 60 dias contados da publicação desta resolução, proposta de contrato padrão de distribuição de gás canalizado para homologação, precedida de consulta pública, em que serão definidas obrigações mínimas da concessionária e dos consumidores livres ou parcialmente livres.

Justificativa: alteração para deixar explícita a necessidade de consulta prévia à homologação do contrato padrão pelo regulador.”

Resposta

O planejamento da SEDE considera a submissão do contrato padrão de distribuição de gás canalizado a consulta pública anteriormente à sua homologação. A redação do art. 5º-A foi alterada conforme proposto. No entanto, não é necessário fazer menção a consumidor parcialmente livre.

Contribuição acatada.

4.15. Resolução SEDE nº 17/2013 – Exclusão Artigo 6º

Contribuição 15

“[...]

~~Art. 6º - Os fornecedores de gás da concessionária não poderão, durante os 15 (quinze) primeiros anos após a abertura do mercado livre, realizar contrato de compra e venda de gás junto aos consumidores potencialmente livres, caso a redução de volume no mercado regulado gere a necessidade de pagamento de compromissos contratuais de retirada mínima de gás ou de utilização mínima do sistema de transporte pela concessionária ao seu fornecedor.~~

Justificativa: sugerimos a exclusão do art. 6º por contrapor ao propósito esperado de desenvolvimento do mercado mineiro de gás natural. A proibição de fornecedores da Concessionária não exercer a livre atividade econômica de comercialização nos próximos 15 anos da abertura do mercado não faz sentido. A própria exigência aos consumidores potencialmente livres de cumprimento do contrato até o prazo final com a distribuidora, prevista na regulação, já mitiga o risco de pagamento de penalidades pela Concessionária.

Ademais, manter esse artigo não incentivará a distribuidora a buscar as melhores condições de negociação dos contratos de suprimento, cujas cláusulas, atualmente, são inteiramente repassadas aos consumidores cativos por ela atendidos.

A SEDE deve prezar pela eficiência na prestação do serviço de gás canalizado e no fornecimento ao mercado cativo e impedir que custos ineficientes sejam repassados ao mercado.”

Resposta

A premissa da regra prescrita pelo art. 6º é resguardar a concessionária de uma atuação predatória por parte do seu próprio fornecedor de gás canalizado. Não há impedimento absoluto para que o atual fornecedor da concessionária atue no mercado livre, devendo, para tanto, abster-se da aplicação de multas contratuais decorrentes da queda de consumo por parte da concessionária, se isso decorrer de sua própria atuação junto aos consumidores livres.

Contribuição não acatada.

4.16. Resolução SEDE nº 17/2013 – Alterações Artigo 7º

Contribuição 16

“[...]

Art. 7º - São condicionantes para a prestação de serviço de distribuição ao consumidor livre, autoprodutor e autoimportador:

[...]

III- celebração de contrato de serviço de distribuição, com volumes mínimos conforme limites estabelecidos para enquadramento ao mercado livre;

~~*IV - fornecimento de informações pelo consumidor potencialmente livre à concessionária, referentes à natureza da atividade desenvolvida na unidade usuária, a finalidade da utilização do gás e a obrigatoriedade de comunicar eventuais alterações supervenientes;*~~

~~*V - quando se tratar de consumidor potencialmente livre do mercado regulado deverá cumprir os prazos de aviso prévio para se tornar consumidor livre, bem como atender aos limites estabelecidos para este enquadramento;*~~

[...]

§ 3º - Caso seja comprovada a inviabilidade econômica para a ampliação da capacidade, o consumidor livre, consumidor potencialmente livre, autoprodutor ou autoimportador poderá solicitar a ligação, desde que arque com a parcela que torne a ligação economicamente viável, com termos a serem negociados com a concessionária;

§ 4º - O consumidor livre, autoprodutor ou autoimportador cujas necessidades de movimentação de gás natural não possam ser atendidas pela concessionária poderão construir e implantar, diretamente, instalações e dutos para seu uso específico atendendo aos dispositivos do art. 46 da Lei Federal nº 11.909, de 2009 e nos termos do art. XX.

Justificativa: as alterações propostas têm por objetivo deixar mais evidente as obrigações da Concessionária para atendimento dos usuários que estejam operando no mercado livre.”

Resposta

Proposta de mudança de redação do inc. III é desnecessária.

Proposta de revogação do inc. IV geraria desequilíbrio na relação entre concessionária do serviço de distribuição de gás canalizado e consumidor livre, aumentando o risco do negócio em decorrência de maior assimetria informacional, o que poderia acarretar aumento de tarifa. A proposta foi apresentada sem justificativa quanto a esse ponto.

Proposta de revogação do inc. V poderia permitir uma migração de consumidores cativos ao mercado livre, de forma que prejudicaria o planejamento da concessionária, acarretando maior risco ao seu negócio e potencial aumento de tarifa no futuro. A proposta foi apresentada sem justificativa quanto a esse ponto.

Proposta de alteração do §3º não apresentou justificativa plausível. Não se vislumbra outra forma de viabilizar ligações da rede de gás, tratadas no dispositivo, de forma diversa da negociação com a concessionária.

Proposta de alteração do §4º incompreensível.

Contribuição não acatada.

4.17. Resolução SEDE nº 17/2013 – Inclusões Artigo 7º

Contribuição 17

“[...]

§ 5º O valor equivalente à participação financeira destinada à construção de instalações de uso específico, quando financiado pela Concessionária, não será adicionado à base regulatória de ativos da concessionária para efeito do cálculo das tarifas.

§ 6º - A Concessionária terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para justificar ao usuário solicitante e à SEDE o possível não atendimento de que trata o § 4º.

§ 7º - Fica caracterizada a impossibilidade de a Concessionária atender as necessidades de movimentação de gás natural, para efeito do § 4º, em qualquer das hipóteses abaixo:

I – a infraestrutura física existente não atender à necessidade de movimentação de gás natural nas condições requeridas pelo Consumidor Livre, Autoprodutor ou Autoimportador, do ponto de recebimento ao ponto de entrega, necessitando da construção de gasoduto dedicado;

II - o prazo para início ou término da construção ou da entrada em operação do gasoduto dedicado, a ser construído pela Concessionária, forem incompatíveis com as necessidades e expectativas do Consumidor Livre, Autoprodutor ou Autoimportador, para viabilidade econômico-financeira e operacional do empreendimento;

III - os custos para construção do gasoduto dedicado pela Concessionária, forem superiores aos estimados pelo Consumidor Livre, Autoprodutor ou Autoimportador;

IV - a Concessionária não puder atender condições específicas para movimentação de gás natural e construção do gasoduto dedicado relativas ao empreendimento do Consumidor Livre, Autoprodutor ou Autoimportador.

§ 8º Caso as instalações de uso específico sejam custeadas pelo Consumidor Livre, Autoprodutor ou Autoimportador, a Concessionária deverá celebrar contrato de operação e manutenção com estes agentes, no prazo de até 60 (sessenta) dias do início da construção destas instalações.

§ 9º Os custos de operação e manutenção referidos no parágrafo anterior serão calculados com base nos custos de operação e manutenção das instalações de uso específico, sem remuneração adicional.

Justificativa: as alterações propostas têm por objetivo deixar mais claro que aquele usuário que vier a investir na infraestrutura de distribuição para seu atendimento terá sua tarifa adaptada corretamente.

Importa ressaltar que todo o investimento empregado pelo consumidor livre, autoprodutor ou autoimportador deve ser considerado na redução da tarifa, na parcela correspondente ao CAPEX custeado por ele.

Também destacamos as condições para que pode caracterizar o não atendimento da Concessionária na construção das instalações de uso específico, caso o custo de construção seja superior ao proposto por outro agente de mercado.”

Resposta

A presente consulta pública tem a finalidade de aperfeiçoar o mercado livre de gás em Minas Gerais. O tema proposto na presente contribuição vai além desta questão ao tratar de gasodutos exclusivos, o que não será tratado nesta oportunidade.

Contribuição não acatada.

4.18. Resolução SEDE nº 17/2013 – Alterações Artigo 23º

Contribuição 18

“[...]

~~Art. 23 – A tarifa referente ao serviço de distribuição está definida conforme as tarifas finais de cada segmento e faixas de consumo correspondentes ao mercado regulado, homologadas pela SEDE, abatendo-se o custo de aquisição do gás pela concessionária, conforme estabelecido no contrato de concessão da distribuidora.~~

~~Parágrafo único – caso a construção das instalações de distribuição sejam custeadas total ou parcialmente pelo consumidor livre, autoimportador ou autoprodutor, conforme estabelecido no art. 7º, o capital investido por estes usuários deverá ser expurgado do cálculo de sua tarifa do uso do serviço de distribuição.~~

~~Art. 23 – o consumidor livre, autoimportador e autoprodutor fará uso dos serviços de distribuição da respectiva concessionária, cabendo a esta a cobrança da tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), a serem definidas nos processos de Revisão Tarifária~~

~~§ 1º - Para cálculo da tarifa de uso do sistema de distribuição, a SEDE deverá definir percentual de redução da margem de distribuição, referente ao encargo de comercialização, conferindo a devida transparência do cálculo deste percentual durante o processo de Revisão Tarifária.~~

~~§2º - Para determinação do encargo definido no parágrafo anterior, a SEDE deverá considerar, mas não se limitando, à:~~

~~I – Gestão de aquisição do gás natural e transporte, incluindo as penalidades impostas nos contratos e compra e venda firmado entre a concessionária, supridor(es) e transportadores.~~

II – Comunicação e marketing.

III – Despesas de pessoal da diretoria comercial.

IV – Despesas de pessoal do centro de custo de suprimento de gás natural.

V – Despesas jurídicas relacionadas com a comercialização e ativos utilizados especificamente para este fim.

Justificativa: sugerimos a alteração do art. 23 por entender que a regulação pela SEDE das condições para aplicação e cálculo da TUSD é fundamental à resolução que dispõe sobre o livre mercado de gás em Minas Gerais, não deixando margem para divergências ou conflitos que possam impedir à migração de consumidores para este mercado.”

Resposta

Os custos de comercialização para desconto na TUSD foram definidos na 1ª Revisão Tarifária Ordinária, conforme estabelece a Resolução SEDE nº 8, de 18 de setembro de 2019. Atualmente o percentual está fixado em 1,75%. Esse será reavaliado a cada revisão tarifária.

Em vista dos regulamentos atualmente vigentes, não há necessidade de alteração do art. 23.

Contribuição não acatada.

4.19. Resolução SEDE nº 17/2013 – Inclusão de Artigos

Contribuição 19

[...]

Art. XX - A concessionária deverá divulgar as tarifas vigentes, discriminando separadamente a margem de distribuição aplicável para cada segmento e subsegmento do mercado regulado e as tarifas de uso do sistema de distribuição (TUSD) aplicáveis aos usuários do mercado livre.

[...]

Art. XX – Caso a construção das instalações de distribuição sejam custeadas total ou parcialmente pelo consumidor livre, autoimportador ou autoprodutor, conforme estabelecido no art. 7º, caberá a incidência de pagamento de tarifa de uso específico (TUSD-e).

[...]

Art. XX - A TUSD-e será calculada pela SEDE nos processos de revisão tarifária, conforme as especificidades de cada instalação.

§ 1º - Para cálculo da TUSD-e será considerado os investimentos empregados pela concessionária para sua construção e as taxas de remuneração e de depreciação correspondentes e os custos de operação e manutenção, em observância aos princípios da razoabilidade, transparência e publicidade.

§ 2º - Para definição dos custos de operação e manutenção será considerada a proporção do volume movimentado nestas instalações em relação ao volume total movimentado pela concessionária, excluídos os custos de comercialização, conforme disposto no art. XX.

[...]

Art. XX - Na construção destas instalações, de uso específico, ficam estabelecidas as seguintes regras:

a) Quando a construção for custeada e realizada integralmente pelo consumidor livre, auto-importador ou autoprodutor, os investimentos e taxas de remuneração e depreciação correspondentes não serão considerados para fins de remuneração da concessionária.

b) Quando a construção for parcialmente custeada pelo consumidor livre, auto-importador ou autoprodutor, a proporção do capital empregado por estes usuários e das taxas de remuneração e depreciação correspondentes não serão consideradas no cálculo da remuneração da concessionária.

§ 3º: Fica vedada a cobrança, pela concessionária, de antecipação de receita para custear a construção das instalações de uso específico.

[...]

Art. XX - O consumidor livre, auto-importador e autoprodutor que estiverem conectados a instalações de uso específico deverão celebrar contrato com a concessionária, devendo estas instalações serem incorporadas à Concessão.

Parágrafo único: Os investimentos empregados pelo consumidor livre, auto-importador ou autoprodutor nas instalações de uso específico não serão contabilizados para fins de remuneração tarifária da concessionária.

[...]

Art. XX - Posterior conexão de ramais de terceiros às instalações de uso específico não alterará a incidência da TUSD-e ao USUÁRIO original.

Parágrafo único: Os ramais de terceiros, conforme previsto no caput, não farão jus ao tratamento tarifário específico (TUSD-e), exceto se pertencer ao mesmo grupo econômico do agente construtor.

Justificativa: a transparência e o detalhamento das informações sobre o cálculo da TUSD e TUSD-e, em um processo liderado pela SEDE, reduzirão as assimetrias de informação entre a Concessionária e usuários do sistema de distribuição, garantindo uma remuneração justa pelo serviço prestado e modicidade tarifária.

Através dos processos de consulta e audiência públicas, que favorecem a isonomia entre os consumidores e Concessionária, é possível identificar e instituir mecanismos que busquem maior eficiência na gestão dos serviços locais de gás canalizado, e que tal ganho de eficiência seja repassado às tarifas.”

Resposta

Em termos de transparência, as notas técnicas de reajuste tarifário trimestral divulgadas pela SEDE contêm todas as informações detalhadas das margens de distribuição aplicadas a cada segmento tarifário, apresentando inclusive as variações da margem em um mesmo segmento para diferentes volumes consumidos. Esses valores e a forma de cálculo dos serviços da GASMIG prestados aos consumidores livres poderão ser verificados com base nesses dados. A forma de cálculo será estabelecida no contrato padrão a ser aprovado após a conclusão da revisão do mercado livre de gás.

Nesse sentido, entende-se que há práticas de transparência suficientemente robustas para promover a liberalização do mercado. Contribuições a respeito do assunto podem ser feitas a qualquer momento por meio dos canais de comunicação com a SEDE.

Assim, não há necessidade de modificação dos regulamentos do mercado livre de gás com relação à promoção da transparência.

No que se refere à regulamentação dos gasodutos exclusivos e TUSD-E, ver resposta à contribuição 4.

Contribuição não acatada.

4.20. Resolução SEDE nº 17/2013 – Alterações do Artigo 25-A

Contribuição 20

Redação sugerida para o dispositivo:

“Art. 25-A – A cada Revisão Tarifária, o regulador ~~aplicará~~ definirá o desconto a ser aplicado sobre a tarifa para dos consumidores livres, autoprodutores e autoimportadores.

Parágrafo único – o desconto tratado no caput será expresso em valor percentual que será aplicado à margem de distribuição da concessionária livre de impostos, conforme disposto no art. 23 e ~~representará os custos de comercialização~~.

Justificativa: sugestão de alteração para tornar o texto mais claro e coerente com os preceitos das boas práticas regulatórias.”

Resposta

A SEDE não aplica descontos. Ela tem o papel de defini-los para que sejam aplicados pela concessionária. O desconto deve constar no contrato do serviço de distribuição a ser firmado com os consumidores livres. Nesse sentido, a proposta de alteração do *caput* do art. 25-A traria uma redação imprecisa.

Por outro lado, é desnecessária a menção a autoprodutores e autoimportadores. Eles terão os descontos aplicados caso se enquadrem na categoria de consumidor livre.

Quanto à proposta de alteração do parágrafo único do art. 25-A, considera-se que não há mudanças significativas para torna-la mais clara. O desconto aprovado a cada revisão tarifária se refere aos custos de comercialização. Não há necessidade de remissão ao art. 23.

Contribuição não acatada.

4.21. Resolução SEDE nº 17/2013 – Inclusão de Artigo**Contribuição 21**

“[...]

Art. XX - A Concessionária deve acatar programação do Consumidor Livre, Autoprodutor ou Autoimportador mesmo que superior à capacidade contratada, desde que não cause risco a operação da rede de distribuição.

Justificativa: diante do surgimento de novos produtos de transporte no mercado livre, especialmente para os contratos de curto prazo, verifica-se que a proposta de deliberação apresentada carece de previsão regulatória que harmonize os diferentes produtos de transporte existentes, ou os que vierem a surgir, com os de distribuição. Para evitar que a falta de regulação não se torne barreira de adesão dos consumidores ao mercado livre, sugere-se pela inclusão de artigo que trate sobre o tema.

Resposta

A programação dos consumidores livres será tratada em seus respectivos contratos de serviço de distribuição. Portanto, a oportunidade para tratar desse tema será quando ocorrer a consulta pública relacionada à minuta do contrato padrão, conforme tratamos na contribuição 14.

Contribuição não acatada.

4.22. Resolução SEDE nº 17/2013 – Inclusão Artigo 26º**Contribuição 22**

“[...]

§ 1º - As penalidades no CUSD sobre os usuários que operam no mercado livre não devem ser superiores às estabelecidas ao usuário cativo, para o mesmo segmento de consumo;

§ 2º - As penalidades pagas pelos usuários que operam no mercado livre comporão conta regulatória de penalidades específica, cuja receita será utilizada para dedução da TUSD.

Justificativa: sugerimos a inclusão destes dispositivos para conferir tratamento isonômico entre agentes do mercado livre e cativo.

Ademais, é importante que haja previsão regulatória para dar o devido tratamento das compensações tarifárias por penalidades auferidas pelas concessionárias sobre consumidores livres, de maneira a impedir que se configure em receita extraordinária à natureza dos serviços locais de gás canalizado.”

Resposta

Consideramos justificável a menção expressa à regra de tratamento isonômico aos consumidores livres e cativos. Nesse sentido, foi incluído o parágrafo único ao art. 26.

Quanto à proposta de destinação de penalidades para dedução da TUSD, a 1ª Revisão Tarifária Ordinária da GASMIG, especificamente a Resolução SEDE 8/2019, não considera as receitas de penalidades no cálculo da

receita requerida. Considera-se que tais receitas são uma compensação à concessionária por prejuízos decorrentes de descumprimento de obrigações por parte dos consumidores. Portanto, essas receitas não devem ser consideradas no cálculo tarifário.

Contribuição parcialmente acatada.

5. ABRACEEL

5.1. Resoluções SEDE nº 17/2013 – Artigo 3º

Contribuição 23

“[...]

sugerimos que não seja imposto limite mínimo de consumo aos consumidores potencialmente livres de gás natural do estado de Minas Gerais, em linha com as regras do estado de São Paulo, com a Lei da Livre Concorrência e os princípios constitucionais da livre iniciativa e cidadania.

Caso seja mantido um limite mínimo de consumo, sugerimos que permaneça apenas a proposta de aferição anual desse, ou seja, para o consumidor livre permanecer no ambiente livre deverá ter o consumo diário médio, computado no período de 12 meses, igual ou superior a 5.000 m³/dia, resultando em maior flexibilidade a esses consumidores ao aderir ao novo tipo de contratação.”

Resposta

A definição de limite para ingresso ao mercado livre não fere regras do ordenamento jurídico brasileiro. Trata-se de um instrumento compatível com o nível de maturidade do mercado de gás canalizado de Minas Gerais, muito diferente das características existentes em São Paulo. Futuramente, é possível que o limite seja removido. No entanto, a contribuição não apresenta argumentos técnicos que justifiquem sua redução de imediato.

No que se refere à consideração da média de consumo para que o consumidor permaneça no mercado livre, essa já é a regra atual.

Contribuição não acatada.

5.2. Resoluções SEDE nº 17/2013 e nº 18/ 2013 - Data de Conexão

Contribuição 24

“[...]

questionamos a SEDE sobre as razões e benefícios de diferenciar os consumidores conectados na rede antes e depois de 2014, visto que, apesar das regras terem sido estabelecidas pelas Resoluções SEDE nº 17/2013 e nº 18/2013, o desenvolvimento da prática do mercado livre em MG é ainda incipiente e ainda não se estabeleceu no estado, como mencionado na Nota Técnica. Entendemos que esse regramento pode ocasionar prejuízos concorrenciais entre os agentes, em especial aqueles do mesmo segmento e com a mesma faixa consumo, caracterizando a restrição como uma barreira ao desenvolvimento do mercado livre.

Dessa forma, sugerimos que as regras sejam isonômicas para ambos os agentes, ou seja, não haja limite mínimo de consumo e nem tampouco prazo mínimo de contratação no mercado livre aos consumidores livres.”

Resposta

Consumidores já atendidos pela concessionária deverão atender a regras de transição para o mercado livre como forma de preservar a qualidade do serviço para a totalidade do mercado. Não há como tratá-los de forma idêntica a novos consumidores elegíveis ao mercado livre. Portanto, aqui estamos tratando desigualmente agentes desiguais.

Contribuição não acatada.

5.3. Resolução SEDE nº 17/2013 – Alteração do Artigo 5º

Contribuição 25

“[...]

reiteramos ainda a importância de haver isonomia das regras entre os consumidores já conectados na rede e aqueles que vierem a se conectar, de modo que se tenha prazo de aviso prévio único, de 120 dias do vencimento do contrato.

Adicionalmente, sugerimos a revisão do art. 5º, § 8º, da Resolução SEDE/MG nº 17/13, por não considerarmos razoável a opção por parte da distribuidora de a seu exclusivo critério, liberar o consumidor potencialmente livre do cumprimento do prazo de aviso prévio e do prazo remanescente do contrato de fornecimento em vigor. Essa medida abre espaço para práticas discricionárias e não isonômicas no processo de migração, que podem distorcer o bom funcionamento do mercado e prejudicar a concorrência. Nesse sentido, entendemos que a possibilidade de redução do prazo de aviso prévio deva seguir exclusivamente o prazo estipulado na regulamentação, para todos os consumidores, indistintamente.”

Resposta

Quanto à isonomia de tratamento de clientes, ver resposta à contribuição 24.

Quanto à proposta de alteração do § 8º do art. 5º da Resolução SEDE 17/2013, entendemos que houve um equívoco de digitação, mas a referência seria ao §8º do art. 3º da Resolução SEDE 17/2013. Quanto a isso, entende-se que a concessionária poderá praticar a liberalidade quando não houver prejuízos para a operação do sistema de distribuição, ou seja, quando não houver prejuízo para os demais consumidores.

Nesse sentido, a remoção desse dispositivo poderia ocasionar menor atratividade do mercado livre, o que estaria em desacordo com as premissas dos regulamentos para o mercado de gás canalizado em Minas Gerais.

Contribuição não acatada.

5.4. Resolução SEDE nº 17/2013 – Contratação Simultânea Mercados Regulado e Livre

Contribuição 26

“[...]

chamamos a atenção em relação aos consumidores que realizam contratação simultânea nos mercados regulado e livre, por possuírem a opção de receber gás por diferentes pontos de entrega, de acordo com o interesse da concessionária (Resolução SEDE/MG 17/13, art. 8º, §4º). Entendemos que tal possibilidade, de receber o produto por diferentes pontos de entrega, deveria ser contemplada a todos os consumidores livres e jamais limitada ao interesse da concessionária.”

Resposta

A proposta está confusa. O art. 8º da Resolução SEDE 17/2013 trata da migração do consumidor livre para o mercado cativo.

Quanto à possibilidade de um consumidor ser atendido simultaneamente nos mercados livre e cativo, ver resposta à contribuição 2.

Reiteramos que o consumidor livre deve ter ponto de entrega único para fins de atendimento ao consumo mínimo exigido. Esse critério poderá ser revisto futuramente, na medida em que o mercado se torne mais maduro.

Contribuição não acatada.

5.5. Resolução SEDE nº 18/2013 – Agente Comercializador

Contribuição 27

“[...]

a Resolução SEDE/MG 18/13, dispõe que esse deverá ser autorizado e monitorado pelo regulador do estado, além disso deve apresentar cópia dos contratos de compra e venda de gás, bem como dos contratos de aquisição de gás, em até 30 dias da sua celebração. A Abraceel entende que o papel do regulador estadual fica circunscrito a sua área de concessão, não se estendendo à negociação comercial pelos comercializadores, que é realizada em âmbito federal, portando de regulação da ANP, com base no disposto no art. 177, parágrafos 1º e 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil, que estabelece ser de competência federal a regulação da comercialização de gás natural.

Portanto, não é razoável que a atividade de comercialização seja autorizada e monitorada pelo regulador estadual, bem como a obrigação do fornecimento dos contratos de compra e venda e de aquisição de gás, tendo em vista que esse serviço é realizado pela ANP.”

Resposta

Os regulamentos do mercado livre de gás em Minas Gerais não tratam de monitoramento dos agentes comercializadores. Basta que apresentem documentação mínima para o recebimento da autorização.

Ver resposta à contribuição 6.

Contribuição não acatada.

5.6. Resolução SEDE nº 17/2013 – Alteração Artigo 7º

Contribuição 28

“[...]

Também está disposta na resolução vigente (Resolução SEDE/MG 17/13, art. 7º, §4º), em conformidade com a Lei Federal 11.909 de 2009, a possibilidade de construção de dutos específicos aos consumidores livres, cujas necessidades de movimentação não possam ser atendidas pela concessionária.

Sobre isso, sugerimos que a SEDE realize detalhamento das regras e critérios técnicos, com base em benchmarkings setoriais, sobre a construção de dutos específicos, bem como normatize a cobrança de tarifa de uso específica, usualmente denominada TUSD-E, dando tratamento adequado aos usuários que optarem por esse serviço. Note-se que outros estados já se adiantaram ao regulamentar a TUSD-E, como é o caso do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, o que certamente contribuirá para a captação de novos usuários e, por consequência, de mais investimentos e empregos associados.”

Resposta

A discussão de regras para gasodutos exclusivos e TUSD-e não é objeto do regulamento em discussão na presente consulta pública.

Contribuição não acatada.

5.7. Agência Reguladora

Contribuição 29

“[...]

Por fim, destacamos a importância de se criar uma agência reguladora no estado de Minas Gerais, com competências específicas, autonomia e independência para regular os serviços de gás canalizado, de forma imparcial e transparente, em linha com as diretrizes do Manual de Boas Práticas Regulatórias elaborado pelo Fórum do Gás e em discussão na ANP, visando manter a harmonia das legislações federal e estaduais.”

Resposta

Tema não tratado na presente consulta pública. A alteração da competência para a regulação do serviço de gás canalizado depende de aprovação de lei estadual.

Contribuição não acatada.

6. ABEGÁS

6.1. Resolução SEDE nº18/2013 - Alteração do Artigo 18º

Contribuição 30

“Manter redação original e vigente na Resolução SEDE nº 18/13, ou seja, sem alteração.

Justificativa: não vemos sentido na extensão da livre comercialização para usuários residenciais e comerciais. Trata-se de usuários de pequeno porte e o custo das transações superam em muito os eventuais benefícios obtidos.

Observa-se que mesmo no setor elétrico que já dispõe de regulamentação sobre o consumidor livre a mais de 20 anos, não é permitido aos consumidores de pequeno e médio porte se converterem em consumidores livres; discute-se atualmente o início da regulação a partir de 2024. Na regulamentação de gás canalizado do estado de São Paulo, por exemplo, já é estabelecido no Contrato de Concessão que os usuários residenciais e comerciais não poderão se tornar usuários livres. A razão é muito simples e de ordem prática e econômica: enquanto nas tarifas dos segmentos termoeletrico, cogeração, grande indústria, a participação do preço do gás na tarifa final paga pelo consumidor varia de 70% a 90% do valor final; no segmento residencial e comercial, o preço do gás, em geral, corresponde a apenas 15% a 20% da tarifa.

No mercado livre, o consumidor tem como objetivo uma redução tarifária nos custos do gás, já que a margem de distribuição continuará a ser semelhante à aplicada ao segmento cativo. No caso da proposta de Minas Gerais, tendo em vista que é estabelecida a necessidade de um volume mínimo de 5 mil m³/dia para o consumidor livre, torna-se sem sentido a extensão dessa possibilidade aos usuários residenciais e comerciais, tendo em vista que esse volume raramente pode ser atingido. Concordamos com a liberação para o segmento veicular.”

Resposta

O entendimento da SEDE, como regulador do serviço de distribuição de gás canalizado, é de que o mercado deve se desenvolver no sentido de maior liberalização. Assim, entende-se que haverá mais simplicidade se o critério para ingresso ao mercado livre se der exclusivamente pelo volume consumido.

O intuito da alteração do art. 18 sinaliza para a possível redução futura, na medida em que se entenda que o mercado atinja níveis mais elevados de maturidade, sempre com o objetivo de promover a competição e a modicidade tarifária.

Contribuição não acatada.

6.2. Resolução SEDE nº17/2013 – Alteração Artigo 3º

Contribuição 31

“Manter redação original e vigente na Resolução SEDE nº 17/13, ou seja, sem alteração.

Justificativa: consideramos desnecessária essa redução do volume, tendo em vista que o volume vigente atual de 10 mil m³/dia não foi ainda testado e corresponde a um número e volume total de usuários significativo no âmbito da GASMIG.

A justificativa para a redução do volume é de que os clientes da concessionária com consumo diário superior a 10.000 m³/dia, atualmente correspondem a 34 clientes potencialmente livres em Minas Gerais, os quais representam 69% do volume diário contratado pela concessionária. Com a redução do volume mínimo de consumo médio de 5.000m³/dia, haveria um acréscimo de 23 consumidores potencialmente livres em Minas Gerais. Com isso, o volume de gás canalizado que poderia ser comercializado no ambiente de contratação livre chega a 76% do volume atualmente distribuído pela concessionária.”

Resposta

A redução do volume para consumidores potencialmente livres foi estabelecida nos termos da Nota Técnica 44/SEDE/SPMEL/2020 e está alinhada aos objetivos de liberalização do mercado de gás natural em Minas Gerais. Entende-se que os impactos no volume potencial para o mercado livre não são significativos e podem ser administrados pela concessionária, sem riscos para a qualidade do serviço e o equilíbrio do mercado.

Contribuição não acatada.

6.3. Resolução SEDE nº17/2013 – Inclusão Artigo 3º-A

Contribuição 32

“Sugerimos acrescentar a seguinte redação

Art. 3º-A - Fica estabelecido um volume máximo anual para a migração de consumidores para o mercado livre em volume correspondente a 10% do volume total contratado pela Concessionária.

Parágrafo único. No caso de existir consumidor potencialmente livre com volume maior do que o referenciado no caput desse artigo, ele pode migrar para o mercado livre, ainda que, o volume ultrapasse o limite dos 10%.

Justificativa: importante observar que 69% do volume diário já é extremamente elevado, expondo a concessionária a riscos desnecessários no caso de desconstratação no suprimento. Entendemos que para o valor de 10 mil m³/dia atualmente estabelecido, estabelecemos proposta de existência de um cronograma para que o advento do mercado livre pudesse se dar de forma gradativa. Por exemplo, o art. 3º-A proposto sugere que não se exceda mais do que 10% ao ano, a migração para o mercado livre. A exceção única proposta é para o caso de existir um consumidor potencialmente livre com volume superior a 10%. Nesse caso, estaria autorizada a sua migração.”

Resposta

Entende-se que a migração para o mercado livre envolve riscos que devem ser monitorados e geridos pela concessionária.

Contribuição não acatada.

6.4. Resolução SEDE nº17/2013 – Alteração Artigo 3º

Contribuição 33

“Proposta de redação

[...]

§ 5º – O consumidor potencialmente livre que celebrar contrato no âmbito do mercado regulado com a concessionária a partir da data de abertura do mercado, conforme indicado no art. 4º desta resolução, é obrigado a informar sua intenção de se tornar consumidor livre com antecedência mínima de 180 dias antes do vencimento de seu contrato com a concessionária através de aviso prévio, devendo cumprir o respectivo contrato até o seu vencimento.

Justificativa: consideramos o prazo exíguo e essa questão deve guardar correlação com a possibilidade de desconstratação nos contratos de suprimento vigentes pela GASMIG. Certamente em novos contratos, a GASMIG pagará mais caro pelo gás destinado aos consumidores cativos se existir cláusula com possibilidade de desconstratação em apenas 120 dias. Justifica o regulador, ao propor a redução do prazo de 180 dias para 120 dias de que a medida visa facilitar a opção do consumidor potencialmente livre para entrar no mercado livre. Não é razoável que um contrato de suprimento possa ter tamanha flexibilidade no sentido de que até 76% do volume contratado possa ser descontinuado em prazo de apenas 120 dias. Certamente, o preço do gás refletirá esse risco, onerando os consumidores cativos.”

Resposta

Considerando um consumidor potencialmente livre, entende-se que a antecedência mínima de 120 dias do fim do contrato com a concessionária é tempo suficiente para que ela se planeje com relação aos riscos que possíveis migrações ao mercado livre possam ocasionar ao mercado cativo.

Contribuição não acatada.

6.5. Resolução SEDE nº17/2013 – Alteração Artigo 5º-A

Contribuição 34

“Proposta de redação

[...]

“Art. 5º-A – A concessionária do serviço de distribuição de gás canalizado em Minas Gerais deverá apresentar ao regulador, no prazo de 180 dias contados da publicação desta resolução, proposta de contrato padrão de distribuição de gás canalizado para homologação, em que serão definidas obrigações mínimas da concessionária e dos consumidores livres.

Justificativa: em vista da complexidade das questões a serem contratualizadas, consideramos o prazo exíguo. O contrato em questão é o denominado CUSD (contrato de uso do sistema de distribuição). Esse contrato estabelece as relações entre o consumidor livre e a concessionária e refere-se à movimentação de gás por parte da concessionária entre o city gate e a instalação do consumidor livre.

Deve dispor esse contrato de um conjunto abrangente de cláusulas, por exemplo, a identificação do consumidor livre, sua localização; identificação do(s) ponto(s) de recepção e do ponto(s) de entrega; condições de qualidade, pressões no ponto de recepção e no ponto de entrega, e demais características técnicas do serviço de distribuição; capacidade contratada; quantidade diária retirada; os critérios de medição; a tarifa; as regras para faturamento e pagamento pelo serviço de distribuição; critérios de reajuste e revisão, bem como indicação dos encargos fiscais incidentes; cláusula específica que indique a obrigação de sujeição à superveniência das normas regulatórias da SEDE; penalidades aplicáveis às partes, conforme a legislação em vigor; penalidades por atraso no pagamento das faturas e por erro de nominação; cláusula condicionando a eficácia jurídica do contrato de uso da rede de distribuição à homologação pela SEDE; e, a data de início do serviço de distribuição e o prazo de vigência contratual.

Em vista da complexidade das questões a serem contratualizadas, consideramos que o prazo de 60 dias é exíguo, propondo-se um prazo de 180 dias.”

Resposta

Com relação ao contrato padrão de distribuição de gás natural canalizado, a SEDE planeja a abertura de consulta pública para tratar especificamente do tema. Ver resposta à contribuição 14.

Contribuição não acatada.

7. FIEMG

7.1. Resolução SEDE nº17/2013 – Alteração Artigo 3º

Contribuição 35

“[...]

XIII - CONSUMIDOR LIVRE: consumidor de gás, ~~relacionado a único ponto de entrega~~ que exerceu a opção de adquirir o gás de um comercializador, agente produtor ou importador;

Justificativa: não limitar o atendimento ao consumidor livre (e potencialmente livre) a um único ponto. Em função da complexidade dos processos de produção industrial, consumidores de grande porte poderão ser atendidos em pontos de entrega distintos.”

Resposta

Ver resposta à contribuição 9.

Contribuição não acatada.

7.2. Resolução SEDE nº 17/ 2013 - Inclusão Artigo 2º

Contribuição 36

“[...]

XIX - CONSUMIDOR PARCIALMENTE LIVRE: Consumidor de gás, que exerceu a opção de adquirir parte do gás no mercado livre e parte no mercado regulado.

Justificativa: maior flexibilidade ao consumidor e maior controle dos riscos de abastecimento.”

Resposta

Ver resposta à contribuição 2.

Contribuição parcialmente acatada.

7.3. Resolução SEDE nº 17/ 2013 - Alteração Artigo 3º

Contribuição 37

“[...]

II - O consumidor potencialmente livre que seja conectado à rede a partir da data de abertura do mercado poderá ser consumidor livre, desde que possua contrato de fornecimento para consumo próprio, no âmbito do mercado livre, ~~por um período mínimo de 1 (um) ano;~~ e que o volume contratado seja no mínimo o equivalente a 5.000 m³/dia (cinco mil metros cúbicos por dia).

Justificativa: limitar tempo de contratação é um entrave, pois o consumidor poderá operar no ‘spot’ aproveitando preço de mercado, substituindo seu insumo energético. Limitar é um entrave à competição.

[...]

5º – O consumidor potencialmente livre que celebrar contrato no âmbito do mercado regulado com a concessionária a partir da data de abertura do mercado, conforme indicado no art. 4º desta resolução, é obrigado a informar sua intenção de se tornar consumidor livre com antecedência mínima de 120 dias ~~antes do vencimento de seu contrato com a concessionária através de aviso prévio, devendo cumprir o respectivo contrato até o seu vencimento.~~

Justificativa: a distribuidora possui a prerrogativa de reduzir seu volume contratado com o supridor caso algum consumidor do seu portfólio venha a migrar para o mercado livre. Logo não há prejuízo para o distribuidor.”

Resposta

Considerando-se o nível de maturidade do mercado de gás canalizado em Minas Gerais, a possibilidade de participação no mercado livre no momento será condicionada a período mínimo de 1 ano e com prazos que preservem os contratos firmados no âmbito do mercado cativo. Essa questão poderá ser revista futuramente, conforme se mostre vantajosa e viável.

Contribuição não acatada.

7.4. Resolução SEDE nº17/2013 – Alterações Artigo 5º

Contribuição 38

“[...]

Art. 5º - A concessionária ou qualquer agente no mercado livre poderá atender necessidades eventuais de fornecimento de gás para os consumidores livres, autoprodutores ou autoimportadores praticando preços livremente negociados, mediante contrato pactuado entre as partes.

Justificativa: em prol da competitividade industrial, consumidores livres, parcialmente livres, autoprodutores e autoimportadores poderão estabelecer contratos com preços livremente acordados entre as partes. A maior flexibilidade no mercado permite também que consumidores eliminem passivos como excedente de GN (Take or pay).

~~*Parágrafo único - O contrato pactuado não poderá exceder o período de 6 (seis) meses.*~~

Justificativa: não há porque limitar tal transação entre os agentes consumidores ou comercializadores no mercado."

Resposta

Ver resposta à Contribuição 37.

Contribuição não acatada.

8. GASMIG

8.1. Resoluções SEDE nº 17/ 2013 e nº 18/ 2013 - Segmentos de Mercado

Contribuição 39

"[...]

estender a livre comercialização para os segmentos de usuários residencial, comercial e veicular conforme alterações propostas nos Art 3º da Resolução 18 e Art. 2º da Resolução 17 de 2013.

Comentário: a proposta de estender a todos os segmentos é ainda mais otimista que a evolução do mercado livre no setor de energia elétrica brasileiro, que ainda tem restrições de abrir o mercado para consumidores de menor potência, não obstante uma evolução do mercado livre de mais de 20 anos e diversos atores econômicos trabalhando como transmissores, comercializadores e produtores de energia elétrica.

O segmento de usuários residenciais em Minas Gerais, ao contrário de São Paulo e Rio de Janeiro é recente, com os principais investimentos em rede começando em 2015, o próprio gás natural ainda é um energético bastante desconhecido da população mineira.

Além disso, na tarifa da Gasmig o custo de aquisição do gás representa entre 20% a 30% nas tarifas para o segmento comercial e residencial. Sendo assim, o desconto que um provável comercializador de gás deveria ter que dar na molécula teria que ser muito grande para um impacto expressivo ao consumidor final.

Importante ressaltar, que para abarcar o segmento residencial no mercado livre, os contratos de adesão aprovados na resolução SEDE 23 de 2011 deveriam ser alterados, já que não possuem prazo definido e tampouco possuem um volume contratado. Não sendo adequados ao regramento já disposta nos demais itens das resoluções parte dessa consulta pública.

Além disso, o único transportador que teve chamada pública para transporte de gás natural no Brasil foi a Transportadora Brasil- Bolívia (TBG) responsável pelo transporte no Gasbol (Gasoduto Brasil Bolívia), cabe ressaltar que as exigências para se ter acesso ao transporte são entre outras: garantia financeira, ter cadastro de carregador na ANP, fazer programação diária de consumo, pagamento de ship or pay, entre outros. O que significa que o comercializador teria que assumir esses compromissos e precificar para o segmento urbano , o que inviabilizaria a competitividade.

Comparativamente o segmento residencial na Gasmig hoje consome cerca de 27 mil m³/dia e o segmento comercial cerca de 53 mil m³/dia. Esse é um mercado ainda incipiente para gerar competitividade de vários comercializadores.

Entende-se que o mercado GNV possa ser livre, apesar de que o mesmo terá que se adaptar a condições mais restritivas contratuais no mercado livre, como a programação de retirada diária."

Resposta

Ver resposta à contribuição 30.

Contribuição não acatada.

8.2. Resolução SEDE nº 17/ 2013 – Alteração Artigo 3º

Contribuição 40

“[...]

reduzir o volume mínimo a ser contratado no âmbito do mercado livre de 10 mil m³/dia para 5 mil m³/dia conforme alterações propostas no Art. 3º da Resolução 17 de 2013.

Comentário: conforme descrito na introdução, desde 2013, nenhum cliente se tornou livre no Estado de Minas Gerais. Reduzir o volume mínimo para se tornar livre aumentará de 86% do volume hoje contratado para o mercado firme para 96%. Serão 23 novos potenciais consumidores livres somados aos atuais 36 atuais potenciais consumidores livres.

A característica do mercado mineiro que é concentrado em grandes consumidores de gás faz com que uma régua de 10 mil/dia seja suficiente para reduzir em até 86% o mercado cativo da distribuidora.

Os riscos atrelados a este elevado valor de desconstratação potencial podem gerar aumentos no custo do gás para o mercado cativo até o desequilíbrio financeiro da concessão.

Sugere-se uma rampa de abertura, a partir da homologação da nova lei do gás, de restrição de migração gradativa do mercado potencialmente livre para o potencialmente livre em 20% nos primeiros 2 anos.”

Resposta

Com relação à redução do volume mínimo, ver resposta à contribuição 31. Neste ponto, a contribuição não será acatada.

Quanto aos riscos relacionados à redução de volume comercializado no mercado cativo, ver resposta às contribuições 1, 32 e 33.

Contribuição parcialmente acatada.

8.3. Resolução SEDE nº 17/ 2013 - Artigo 3º

Contribuição 41

“[...]

reduzir o prazo do aviso prévio para se tornar consumidor livre de 6 meses para 120 dias, antes do vencimento do contrato com a concessionária conforme alterações propostas no Art. 3º da Resolução 17 de 2013.

Comentário: em busca de uma maior agilidade para o mercado livre, o regulador reduz o prazo para a desconstratação. Para evitar riscos para a concessão, a Distribuidora será obrigada a negociar cláusulas de desconstratação de gás no mesmo prazo com fornecedores, isso gerará um aumento do custo médio dos fornecedores para o mercado cativo, já que o volume potencial dessa desconstratação pode chegar a até 90% do volume contratado para o mercado mineiro.

Entende-se que o prazo de 6 meses deve ser mantido.”

Resposta

Ver resposta à contribuição 33.

Contribuição não acatada.

8.4. Resolução SEDE nº 17/ 2013 – Alteração Artigo 5º- A

Contribuição 42

“[...]

estabelecer prazo de 60 dias, contados a partir da publicação da Resolução objeto da Consulta Pública, para que a concessionária apresente ao regulador proposta de contrato padrão de distribuição de gás canalizado conforme artigo 5º -A, a ser acrescentado na Resolução 17 de 2013.

Comentário: entende-se que a padronização do contrato de serviço de distribuição é importante para deixar claras as regras para todos os potenciais clientes livres e manter um papel de neutralidade da Distribuidora no tratamento dos consumidores livres.

Este contrato de uso do sistema de distribuição é uma ferramenta jurídica nova, com itens distintos de um contrato de compra e venda de gás e deverá estar alinhado com as regras de abertura do mercado livre que ainda estão em discussão no âmbito da ANP e que poderão ser alteradas com o PL 6407/13, com as regras para o mercado livre em Minas Gerais, além dos protocolos de responsabilidade e de mutua operação da Distribuidora com os transportadores.

Entre os itens indispensáveis para este tipo de contrato podemos exemplificar: condições de qualidade, pressões no ponto de recepção e no ponto de entrega, condições de medição e regras para tratar discordâncias na medição entre transporte, distribuição e cliente livre; capacidade contratada; quantidade diária retirada; a tarifa; as regras para faturamento e pagamento pelo serviço de distribuição; critérios de reajuste e revisão, bem como indicação dos encargos fiscais incidentes; cláusula específica que indique a obrigação de sujeição à superveniência das normas regulatórias da SEDE; penalidades aplicáveis às partes, conforme a legislação em vigor; penalidades por atraso no pagamento das faturas e por erro de nominação; questões tributárias; resolução de controvérsias entre as partes, cláusula condicionando a eficácia jurídica do contrato de uso da rede de distribuição à homologação pela SEDE; e, a data de início do serviço de distribuição, o prazo de vigência contratual e condições para rescisão contratual.

Sugere-se o aumento do prazo para 6 meses.”

Resposta

A SEDE entende que o prazo de 60 dias para a apresentação de proposta de contrato padrão de distribuição é razoável, uma vez que a concessionária possui expertise no mercado em que atua.

Em vista da preocupação com o cumprimento desse prazo, a redação do art. 5º-A foi alterada para permitir que haja prorrogação por igual período.

Contribuição parcialmente acatada.

8.5. Sugestão sobre Parcela Compensatória

Contribuição 43

“A parcela compensatória existe para ajustes entre o preço de aquisição de gás cobrado na tarifa do mercado cativo e o efetivamente realizado pela concessionária junto a seus fornecedores. Uma vez no mercado livre o consumidor livre não faria jus às parcelas que compõe o custo de aquisição do gás regulado.

No entanto, o saldo da conta compensatória no momento da migração do cliente livre pode estar favorável ou desfavorável ao mercado cativo, ou seja, o mercado pode ter algum ajuste a pagar para a concessionária ou algum ajuste a receber da concessionária. Não havendo nenhum regramento determinado pelo regulador, o cliente livre pode sair prejudicado por não reaver a parcela compensatória ou beneficiado por não ter que pagar o saldo devedor. No segundo caso, o restante dos clientes cativos arcará com a sua parcela devedora.

Dessa forma, o fluxo de clientes entre o mercado cativo e mercado livre pode gerar distorções quanto a parcela compensatória. Sugere-se que a cada cliente que migre do mercado cativo para o mercado livre, o mesmo tenha que pagar ou receber da concessionária o montante referente ao saldo da parcela compensatória proporcional ao seu consumo dos últimos 12 meses, a ser ressarcido pela concessionária ou a ser pago pelo cliente em 12 parcelas reajustadas pela SELIC.”

Resposta

Considera-se oportuno que o saldo da conta compensatória seja considerada nos contratos de prestação de serviços a serem firmados entre o consumidor livre e a concessionária, quando este já vinha sendo atendido pelo mercado cativo. Nesse sentido, ele poderá ser beneficiado pelo saldo positivo ou contribuirá para reduzir o saldo negativo da conta compensatória.

Incluiu-se o parágrafo 2º ao art. 5º-A da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013.

Contribuição acatada.

8.6. Sugestão sobre Parcela Estruturante

Contribuição 44

“Outra conta que recai sobre o custo de aquisição do gás é a parcela estruturante, que é um incentivo regulamentado pela SEDE para expansão do serviço de distribuição para localidades onde não se viabiliza a construção de um gasoduto.

A SEDE determina o limite de 2% do custo de aquisição de gás como o valor máximo da parcela estruturante. Com a entrada do mercado livre, potencialmente de até 94% do mercado da Gasmig, os projetos já em andamento provavelmente estourariam os 2%.

Sugere-se que a parcela estruturante seja incluída na tarifa de serviço de distribuição a ser paga pelos consumidores livres.”

Resposta

A parcela estruturante não é objeto do regulamento em discussão na presente consulta pública.

Contribuição não acatada.

8.7. Sugestão sobre *Disclosure* dos Preços de Aquisição de Gás

Contribuição 45

“Como é divulgado pela SEDE, o custo de aquisição de gás das distribuidoras é público e de conhecimento de todos os agentes do mercado. É de interesse da concessão que a distribuidora consiga o custo mais eficiente a ser repassado para o mercado cativo.

Tendo em vista as incertezas já descritas na introdução desse documento, sugere-se que a partir do 1º consumidor livre, os preços de aquisição de gás dos consumidores livres sejam mantidos públicos pelo período de pelo menos 5 anos, até o amadurecimento do mercado.”

Resposta

Os contratos de compra e venda de gás canalizado no âmbito do mercado livre deverão ser disponibilizados ao regulador, que terá o dever de mantê-los sob sigilo, nos termos do art. 6º da Resolução SEDE nº 18, de 9 de dezembro de 2013.

Incluiu-se o parágrafo 2º ao art. 6º da Resolução SEDE nº 18, de 9 de dezembro de 2013.

Contribuição acatada.

9. IBP

9.1. Resolução SEDE nº 18/ 2013 - Atividade de Comercialização em Minas Gerais

Contribuição 46

“O artigo 25, parágrafo 2º da Constituição Federal caracteriza a distribuição como serviço público de gás canalizado. Classifica-se como serviço público a atividade exercida pelo estado com o intuito de atender às necessidades coletivas. Ampliar o conceito de serviço público abrangendo atividades típicas do domínio da livre iniciativa, impede o particular de exercitar tais atividades livremente. Tal restrição fere frontalmente o

princípio constitucional da livre iniciativa. A atividade de comercialização de gás natural é de livre competição e, portanto, não deve ser incluída na definição de serviço público de gás canalizado. Caso se tratasse da mesma atividade, não teria o legislador feito tal diferenciação na Lei 9.478/97, artigo 6º, incisos XX e XXII. A regulação da comercialização é, portanto, uma competência federal.”

Resposta

O regulamento em discussão parte da premissa de que o incentivo à liberalização do mercado de gás em Minas Gerais trará benefícios aos consumidores por meio da competição entre agentes fornecedores.

O ambiente de contratação livre tem ligação incontestável com o serviço de distribuição de gás canalizado, que é de titularidade dos estados e se constitui em monopólio natural, caso em que a regulamentação é necessária.

Discorda-se que as regras estabelecidas para o mercado livre de gás canalizado sejam contrárias a princípios da constituição. Ao contrário, elas são necessárias para que a desejada competição seja possível.

Contribuição não acatada.

9.2. Resolução SEDE nº 18/2013 – Alterações Artigo 2º

Contribuição 47

“[...] § 3º Os incisos II e III e V do Art 2º passam a vigorar com a seguinte redação:

II - AUTOIMPORTADOR: agente autorizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para a importação de gás que utiliza parte ou totalidade do produto importado como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais;

III - AUTOPRODUTOR: agente ~~explorador e produtor de~~ autorizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP a explorar e produzir gás e que utiliza parte ou totalidade de sua produção como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais;

[...]

V - COMERCIALIZADOR: pessoa jurídica autorizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP a vender gás ao consumidor livre na área de concessão conforme legislação vigente;

Justificativa: a nova redação proposta torna mais claras as condições para a qualificação de um agente como autoprodutor e autoimportador. Entendemos, ainda, que a autorização em nível federal é suficiente para regular a atividade do comercializador, permitindo a criação de um mercado nacional sem que existam barreiras a comercialização do gás natural entre agentes de diferentes unidades da federação. A existência de diversas regulações em nível estadual é desnecessária, onerosa e criaria barreiras à entrada de novos comercializadores no mercado.”

Resposta

Entende-se desnecessária a alterações nas definições de agentes do mercado indicadas, uma vez que as autorizações da ANP são requisito para a autorização perante o regulador do serviço em Minas Gerais.

Ver respostas à contribuição 6.

Contribuição não acatada.

9.3. Resolução SEDE nº 18/2013 – Alteração Artigo 3º

Contribuição 48

§ 2º - O interessado em ser comercializador de gás no Estado de Minas Gerais deverá possuir autorização para ~~a atividade de comercialização junto ao Regulador~~ o exercício da atividade de Comercialização de Gás Natural outorgada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, que deverá ser encaminhada para registro junto ao Regulador, e deverá ser atualizada no prazo de até 15 dias, sempre que houver alguma alteração.

Justificativa: a alteração do parágrafo 2º é necessária, pois a autorização em nível federal é suficiente para regular a atividade do comercializador, permitindo a criação de um mercado nacional sem que existam barreiras a comercialização do gás natural entre agentes de diferentes unidades da federação. A existência de diversas regulações em nível estadual é desnecessária, onerosa e criaria barreiras à entrada de novos comercializadores no mercado.”

Resposta

Ver resposta à contribuição 6.

Contribuição não acatada.

9.4. Resolução SEDE nº 18/2013 – Exclusões Artigo 3º

Contribuição 49

“[...] § 2º Ficam revogados os parágrafos 3º, 4º e 5º do Art 3º.

Justificativa: a autorização em nível federal é suficiente para regular a atividade do comercializador, permitindo a criação de um mercado nacional sem que existam barreiras a comercialização do gás natural entre agentes de diferentes unidades da federação. A existência de diversas regulações em nível estadual é desnecessária, onerosa e criaria barreiras à entrada de novos comercializadores no mercado.”

Resposta

Ver resposta à contribuição 6.

Quanto à supressão do § 4º, a regra se aplicava no início da vigência do mercado livre em Minas Gerais, ocorrida em 2014, e já perdeu sua eficácia. Incluiu-se disposição expressa para sua revogação.

Contribuição parcialmente acatada.

9.5. Resolução SEDE nº 18/2013 – Exclusão Artigo 4º

Contribuição 50

“[...] § 4º Fica revogado o Art 4º.

Justificativa: a imposição de restrições pelos reguladores estaduais à comercialização pelo consumidor livre é contrária a abertura proposta pelo novo mercado de gás. É condição necessária a existência de consumidores livres que eles possam comercializar livremente seus excedentes com qualquer outro agente no mercado brasileiro. Portanto, por ser de uma necessidade e um direito geral aplicável a todos os consumidores livres, não há necessidade de exigir uma nova qualificação. A compra e venda de excedentes pode ser necessária, por exemplo, em curto prazo, para balanceamento dos agentes junto aos transportadores. Deverá existir, para tanto, um protocolo de comunicações no qual a distribuidora seja informada pelo transportador sobre a injeção de gás na malha de distribuição para atendimento aos consumidores livres.”

Resposta

Ver resposta à contribuição 7.

Contribuição não acatada.

9.6. Resolução SEDE nº 18/2013 – Alterações Artigo 5º

Contribuição 51

“§ 5º O Art 5º passa a vigorar com a seguinte redação:

~~Art. 5º A concessionária para exercer a atividade de comercialização deverá constituir pessoa jurídica distinta e com fins específicos para esta atividade, mantendo contabilização independente e desassociada do serviço de distribuição.~~

~~Parágrafo único – As condições exigidas para exercer a atividade de comercialização são as previstas nos demais artigos desta resolução.~~

Art. 5º Não será permitida a celebração de Contratos de Compra e Venda entre Usuários Livres com comercializador que possua relação, direta ou indireta, de controle ou coligação, com a Concessionária da área em que se localiza o Usuário Livre.

§ 1º Os usuários livres, desde que respeitadas as condições acima, poderão celebrar contratos de Compra e Venda parciais com a Concessionária e com o comercializador.

Justificativa: a possibilidade de um grupo econômico deter ao mesmo tempo o controle da concessionária e de comercializadora que atua na área da concessionária pode constituir um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento de um mercado de gás natural competitivo. Além disso, essa possibilidade vai contra toda a lógica de desverticalização da indústria do gás natural que vem sendo implementada pelo governo federal através do CNPE. A essência da desverticalização reside na separação completa, proibindo inclusive vinculação societária, entre a empresa que tem interesse na construção e operação de gasodutos e a empresa que tem interesse na comercialização da molécula.

Dessa forma, está sendo proposto a proibição para a atuação de comercializadora no mercado livre de concessionária vinculada societariamente a ela. Permitir ao usuário livre certa flexibilidade durante um período de transição do mercado, enquanto houver baixa transação negocial no transporte.”

Resposta

Não compete à SEDE estabelecer restrição à participação da concessionária no mercado livre de gás como comercializadora. Entende-se que tal restrição deveria constar do contrato de concessão ou ser estabelecida em Lei.

Contribuição não acatada.

9.7. Resolução SEDE nº 18/2013 – Exclusão Artigo 6º

Contribuição 52

“§ 6º Revogar o Art 6º.

Justificativa: a exigência de apresentação de contratos de comercialização está em dissonância com as diretrizes do novo mercado de gás natural, que busca criar um mercado nacional competitivo e dinâmico. Tal restrição eleva o custo das transações, o que pode inviabilizar a criação de mercados líquidos de curto prazo, num momento em que se busca o aumento de liquidez nas transações comerciais de gás natural.”

Resposta

Em vista dos impactos do mercado livre para o equilíbrio do serviço de distribuição de gás canalizado, é essencial que o regulador tenha acesso aos contratos de comercialização de gás, resguardando-se sempre o sigilo das informações, conforme já estabelecido no art. 6º.

Contribuição não acatada.

9.8. Resolução SEDE nº 18/2013 – Alteração Artigo 7º

Contribuição 53

“§ 7º O Art 7º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º O comercializador deverá disponibilizar ao regulador todas as informações necessárias ao acompanhamento do serviço de distribuição no Estado de Minas Gerais, relativas à sua atividade de comercialização, sempre que solicitadas pelo mesmo.

Justificativa: o comercializador, como caso geral, atua em diversas unidades da federação. Assim, não faz sentido que todas as suas informações sejam disponibilizadas. Não obstante, o regulador estadual deve ter acesso as informações relativas a atuação do comercializador dentro da sua área de atuação. Desde que

sejam estritamente necessárias à realização das atribuições sob sua competência, com o objetivo de regular o serviço de distribuição de gás canalizado.”

Resposta

A atuação do regulador está restrita à área de concessão do serviço.

Contribuição não acatada.

9.9. Resolução SEDE nº 18/2013 – Alteração Artigo 8º

Contribuição 54

“§ 8º Os § 2º e § 6º do Art 8º passa a vigorar com a seguinte redação:

[...]

§ 2º - Nos casos em que a entrega do gás não ocorra a partir de um gasoduto de transporte de gás natural caberá ao comercializador apresentar à concessionária, em periodicidade semanal, as quantidades diárias programadas e relatório contendo dados diários, relativos às características físico-químicas do gás canalizado, incluindo o poder calorífico superior – PCS e demais requisitos relacionados à qualidade do gás canalizado, conforme disciplinado pela ANP.

[..]

§ 6º - A quantidade diária programada e consumos diários de gás devem respeitar as regras ~~da~~ concessionária estabelecidas em regulação específica.

Justificativa: § 2º, quando a rede de transporte é compartilhada por diversos agentes, especialmente num modelo de contratação de entrada e saída, por conta da fungibilidade do gás natural, o comercializador não pode ser responsável por essa informação, o que deve ser encaminhada pelo transportador, no momento da programação física de entregas.

§ 6º, entendemos que tais regras devem ser elaboradas pelo regulador, como forma de evitar que a concessionária possa criar condições injustificadas que acabem por inibir a ocorrência.”

Resposta

Os regulamentos em revisão não tratam de fornecimento diretamente por dutos de transporte.

Entende-se que o controle das quantidades diárias programadas e consumos diários devem seguir determinações da concessionária, sempre pautada pelos regulamentos que regem o serviço e pelo contrato de concessão.

Contribuição não acatada.

9.10. Resolução SEDE nº 18/2013 – Exclusão Artigo 9º

Contribuição 55

“§ 6º Revogar o Art 9º

Justificativa: o art. 25, § 2º da Constituição Federal caracteriza a distribuição como serviço público de gás canalizado. Classifica-se como serviço público a atividade exercida pelo estado com o intuito de atender as necessidades coletivas. Ampliar o conceito de serviço público abrangendo atividades típicas do domínio da livre iniciativa, impede o particular de exercitar tais atividades livremente. Tal restrição fere frontalmente o princípio constitucional da livre iniciativa. A atividade de comercialização de gás natural é de livre competição e, portanto, não deve ser incluída na definição de serviço público de gás canalizado. Caso se tratasse da mesma atividade não teria o legislador feito tal diferenciação na Lei 9.478/97, art. 6º, incisos XX e XXII. A regulação da comercialização é, portanto, uma competência federal.”

Resposta

Ver resposta às contribuições 6 e 47.

Contribuição não acatada.

9.11. Resolução SEDE nº 17/2013 – Alterações Artigo 2º

Contribuição 56

“Art. 2º - [...]

II - AUTOIMPORTADOR: agente autorizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, para a importação de gás que utiliza parte ou a totalidade do produto importado como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais;

III - AUTOPRODUTOR: agente ~~explorador e produtor~~ autorizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP a explorar e produzir gás e que utiliza parte ou a totalidade de sua produção como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais.

[...]

V - COMERCIALIZADOR: ~~atividade de compra e venda de gás natural realizada por meio da celebração de instrumentos contratuais~~ pessoa jurídica autorizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP a vender gás ao consumidor livre na área de concessão conforme legislação vigente;”

[...]

XII - CONSUMIDOR CATIVO: ~~consumidor de gás residencial, comercial ou veicular ou aquele consumidor que não tiver condições ou que não exerceu a opção de adquirir o gás de um comercializador, agente produtor ou importador;~~

XIII - CONSUMIDOR LIVRE: ~~consumidor de gás, relacionado a único ponto de entrega, não residencial, não comercial e não veicular, que exerceu a opção de adquirir o gás de um comercializador, agente produtor ou importador;~~

Justificativa: a proposta torna mais claras quais as condições para a qualificação de um agente como autoprodutor e autoimportador. Entendemos, ainda, que a autorização em nível federal é suficiente para regular a atividade do comercializador, permitindo a criação de um mercado nacional sem que existam barreiras a comercialização do gás natural entre agendes de diferentes unidades da federação. A existência de diversas regulações em nível estadual é desnecessária, onerosa e criaria barreiras à entrada de novos comercializadores no mercado.”

Resposta

Quanto às propostas de alteração dos incisos II, III e V da Resolução SEDE nº 17/2013, ver resposta à contribuição 47.

Quanto à proposta de alteração dos incisos XII da Resolução SEDE nº 17/2013, ver resposta à contribuição 9.

A contribuição ao inciso XIII da Resolução SEDE nº 17/2013 foi contemplada na consulta pública, que estendeu a possibilidade de migração para o mercado livre de gás a todos os segmentos de consumidores.

Contribuição não acatada.

9.12. Resolução SEDE nº 17/2013 – Inclusões Artigo 2º

Contribuição 57

“§ 2º Ficam acrescentados os incisos XXX-A e XXXI:

[...]

XXX - GASODUTO DEDICADO: aquele utilizado para abastecer, especificamente, Agente Livre diretamente conectado ao transportador, UPGN, terminal de GNL, ou a outras fontes de suprimento, devidamente autorizadas pela ANP, desde que não interligado à malha física da Distribuidora;

XXXI - TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO ESPECÍFICA (TUSD-E): tarifa cobrada pela concessionária referente à prestação do serviço de distribuição em Gasodutos Dedicados;

Justificativa: o agente livre deve ter o direito de ser ligado por ramal dedicado diretamente a qualquer fonte de suprimento e não apenas ao sistema de distribuição local a remuneração do uso do ramal dedicado deve ser calculada em função do investimento realizado pela distribuidora, considerado de forma segregada do restante da sua base regulatória de ativos (tarifa específica), à qual deve se acrescentar a remuneração devida aos custos de operação e manutenção do ramal dedicado. No caso de ramal dedicado construído pelo próprio agente livre, a remuneração devida à distribuidora deve ser calculada de forma proporcional aos custos de operação e manutenção do ramal dedicado, considerado de forma isolada do sistema de distribuição.”

Resposta

Ver resposta à contribuição 4.

Contribuição não acatada.

9.13. Resolução SEDE nº 17/2013 – Alterações Artigo 3º

Contribuição 58

“Art. 3º

[...]

I - Para consumidor potencialmente livre já atendido pela concessionária, ter volume contratado no âmbito do mercado livre de pelo menos o equivalente a 5.000 m³/dia médios, computado em período de doze meses;

II - O consumidor potencialmente livre que seja conectado à rede a partir da data de abertura do mercado poderá ser consumidor livre, desde que possua ~~contrato de fornecimento para consumo próprio, no âmbito do mercado livre, por um período mínimo de 1 (um) ano; e que o volume contratado seja no mínimo o~~ instalações com capacidade nominal para consumir o equivalente a 5.000 m³/dia (cinco mil metros cúbicos por dia).

[...]

5º – O consumidor potencialmente livre que celebrar contrato no âmbito do mercado regulado com a concessionária a partir da data de abertura do mercado, conforme indicado no art. 4º desta resolução, é obrigado a informar sua intenção de se tornar consumidor livre com antecedência mínima de 120 dias ~~antes~~ do vencimento de seu contrato com a concessionária através de aviso prévio, devendo cumprir o respectivo contrato até o seu vencimento.

Justificativa: a exigência de instrumento contratual prévio não deve ser condição para a migração pois espera-se que, com a evolução da abertura, existam diferentes formas de contratação, incluindo a compra e venda em mercados de curto prazo, com liquidez diária.”

Resposta

A proposta de alteração do inciso I do artigo 3º da Resolução SEDE nº 17/2013 é desnecessária, pois encontra-se contemplada no parágrafo 1º do mesmo artigo.

Quanto à supressão do inciso II do artigo 3º da Resolução SEDE nº 17/2013, ver respostas às contribuições 11 e 37.

Procedeu-se à alteração da redação do § 5º.

Contribuição parcialmente acatada.

9.14. Resolução SEDE nº 17/2013 – Alteração Artigo 6º

Contribuição 59

“Art. 4º - O art. 6º-da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

[...]

Art. 6º – A concessionária do serviço de distribuição de gás canalizado em Minas Gerais deverá apresentar ao regulador, no prazo de 60 dias contados da publicação desta resolução, proposta de contrato padrão de distribuição de gás canalizado para homologação, em que serão definidas obrigações mínimas da concessionária e dos consumidores livres.”

Justificativa: sugerimos a exclusão do antigo artigo 6º na Resolução SEDE 17/2013, substituindo-o pela proposta de artigo 6. A redação original da Resolução era confusa e, na prática, desnecessária. Para mitigar o risco apontado no dispositivo, os contratos de compra e venda, livremente negociados entre as partes, geralmente incluem cláusulas de ajuste no volume contratado quando ocorre migração de consumidores do mercado cativo das distribuidoras. Além disso, os fornecedores de gás da concessionária não são objeto de regulação estadual.”

Resposta

Ver resposta à contribuição 15.

Contribuição não acatada.

9.15. Resolução SEDE nº 17/2013 – Alterações Artigo 7º

Contribuição 60

“Art. 5º Alterar o artigo 7º da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, nos seguintes dispositivos:

§ 1º - O parágrafo 4º passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 4º - O consumidor livre, autoproductor ou autoimportador cujas necessidades de movimentação de gás natural não possam ser atendidas pela concessionária poderão construir e implantar, diretamente, instalações e dutos para seu uso específico atendendo aos dispositivos do art. 46 da Lei Federal nº 11.909, de 2009, caso em que deverão contratar a concessionária para fazer a operação e manutenção dessas instalações e dutos, pelo que deverá ser assegurada à concessionária uma remuneração compatível com os custos específicos desse serviço. Também nestes casos, fica assegurado ao Agente Livre o direito de obter, nos mesmos termos definidos em regulação para a Concessionária, a servidão de passagem sobre a faixa de terreno na qual deverá ser construído o ramal dedicado, na hipótese de não ser possível obter essa servidão de forma consensual.

Justificativa: o agente livre deve ter o direito de ser ligado por ramal dedicado diretamente a qualquer fonte de suprimento e não apenas ao sistema de distribuição local o direito de uso de servidão de passagem deve ser concedido nos mesmos termos da concessionária para que inexista barreiras que impeçam o agente livre de construir a sua própria rede.”

Resposta

O serviço de distribuição de gás canalizado em Minas Gerais é concedido exclusivamente ao concessionário, nos termos do contrato de concessão com vigência até 2053.

As ligações de consumidores devem ser feitas de forma a manter o equilíbrio da concessão, podendo haver divisão dos custos de construção de redes, as quais deverão ser sempre operadas pela concessionária.

Contribuição não acatada.

9.16. Resolução SEDE nº 17/2013 – Inclusão Artigo 7º

Contribuição 61

“§ 1º - Fica acrescentado o parágrafo 6º: “art 7. [...] § 6º - O serviço de distribuição pela concessionária poderá ser contratado tanto pelo consumidor livre, autoimportador ou autoproductor quando pelo

comercializador que esteja fornecendo gás natural ao consumidor livre.

Justificativa: esse é um conceito importante para o desenvolvimento do mercado livre. Muitos usuários não querem ter o trabalho de contratar a concessionária para esse serviço, por entenderem existir um custo elevado para gerenciamento dos contratos. Permitir que o comercializador contrate o serviço da distribuidora, nos casos em que o cliente entender mais eficiente, facilita a abertura do mercado por desonerar a opção de migração para o mercado livre.”

Resposta

Os regulamentos do mercado livre em vigor não impedem que comercializadores contratem o serviço de distribuição prestado a seus clientes. Nesse sentido, entende-se que a alteração proposta é desnecessária.

Contribuição não acatada.

9.17. Resolução SEDE nº 17/2013 – Alterações Artigo 23º

Contribuição 62

“Art. 6º - O parágrafo único do art. 23º-da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único - caso a construção das instalações de distribuição sejam custeadas total ou parcialmente pelo consumidor livre, autoimportador ou autoprodutor, conforme estabelecido no art. 7º, o capital investido por estes usuários deverá ser expurgado do cálculo de sua tarifa do uso do serviço de distribuição os Agentes Livres abastecidos por gasoduto dedicado, independente do responsável pela sua construção ou financiamento, terão direito à Tarifa Específica para Uso do Sistema de Distribuição (TUSD-E) que deverá ser calculada com base no investimento, quando realizado pela Distribuidora, e à parcela dos custos de operação e manutenção específicos do gasoduto dedicado, em observância aos princípios da razoabilidade, transparência, publicidade e às especificidades de cada instalação.

I - A parcela de investimento deverá refletir os custos específicos da instalação para atendimento do Agente Livre, quando financiado pela Distribuidora, utilizando-se dos mesmos critérios de remuneração da base de ativos regulatórios, mês a mês, não sendo permitida sua contabilização e remuneração do gasoduto dedicado sobre os ativos totais da concessão.

II - Os custos operacionais do gasoduto dedicado serão calculados com base nos custos de operação e manutenção específicos do gasoduto dedicado, excluído os custos com comercialização, sem remuneração adicional.

Justificativa: o agente livre deve ter o direito de ser ligado por ramal dedicado diretamente a qualquer fonte de suprimento e não apenas ao sistema de distribuição local. A remuneração do uso do ramal dedicado deve ser calculada em função do investimento realizado pela distribuidora, considerado de forma segregada do restante da sua base regulatória de ativos (tarifa específica), à qual deve se acrescentar a remuneração devida aos custos de operação e manutenção do ramal dedicado. No caso de ramal dedicado construído pelo próprio agente livre, a remuneração devida à distribuidora deve ser calculada de forma proporcional aos custos de operação e manutenção do ramal dedicado, considerado de forma isolada do sistema de distribuição.”

Resposta

Ver resposta à contribuição 4.

Contribuição não acatada.

9.18. Resolução SEDE nº 17/2013 – Alterações Artigo 24º

Contribuição 63

“Art. 7º - O parágrafo 2º do art. 24º-da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º - O consumidor livre, o autoproductor ou o autoimportador ~~não poderá ceder, que não seja atendido por um Gasoduto Dedicado~~ poderá solicitar à Concessionária a cessão, no todo ou em parte, de sua capacidade contratada. A eventual negativa da Concessionária deverá ser justificada por estudos técnico-econômicos que demonstrem a inviabilidade da cessão.

Justificativa: não existe motivo para que um consumidor ligado a uma rede com diversos agentes não possa ceder a capacidade contratada, desde que isso não acarrete ônus para a distribuidora ou para os demais consumidores. Caso haja a negativa da cessão, a existência desse ônus deve ser justificada pela concessionária mediante um estudo técnico.”

Resposta

A capacidade contratada deve ser repactuada com a concessionária quando estiver subutilizada. Permitir que haja cessão de capacidade a outros consumidores poderia se converter em mercado secundário, o que significaria perda de eficiência.

Contribuição não acatada.

9.19. Resoluções SEDE nº 17/2013 - Alteração Artigo 25-A

Contribuição 64

“Art. 5º - Fica acrescentado o art. 25-A à Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013:

Art. 25-A – A cada Revisão Tarifária, o regulador definirá o desconto a ser aplicado sobre a tarifa para os consumidores livres, autoprodutores e autoimportadores que não sejam atendidos por um Gasoduto Dedicado.

Parágrafo único – o desconto tratado no caput será expresso em valor percentual que será aplicado à margem de distribuição da concessionária livre de impostos, e representará os custos de comercialização.

Justificativa: essa condição geral não deve valer para todos agentes livres (consumidores livres, autoprodutores e autoimportadores) que utilizem um gasoduto dedicado. Em tais casos, sendo o ramal construído pelo agente livre ou pela distribuidora, deve-se utilizar a Tarifa Específica (TUSD-E) como definida na proposta de redação apresentada nesta contribuição para o art. 23º da Resolução 17/2013.”

Resposta

Ver resposta à contribuição 4.

Contribuição não acatada.

10. PETROBRÁS

10.1. Resoluções SEDE nº 17/ 2013 e nº 18/ 2013 - Alterações

Contribuição 65

“[...]

a instituição de normatização para Comercialização também na esfera estadual cria um conflito entre o regulador estadual e a ANP, com estabelecimento de uma dupla regulação que poder gerar distorções e contradições, além de criar uma burocracia redundante que complica o ambiente de negócios e pode retardar o desenvolvimento do mercado livre. Tal redundância fica evidente na necessidade de obtenção de autorização para o exercício da atividade nas duas esferas (federal e estadual) e na obrigação de envio de contratos de compra e venda de gás à ANP e ao órgão regulador estadual. Pelos motivos expostos, a Petrobras considera que a atividade de comercialização deve ser autorizada e fiscalizada somente pela ANP, caso contrário, um Comercializador com operações em diversos estados estará sujeito a ser fiscalizado por cada um desses estados, o que tornará a sua operação extremamente ineficiente e certamente inibirá o desenvolvimento do mercado livre.

Assim, sugerimos abaixo uma modificação da definição de Comercializador contida no Artigo 2º da Resolução SEDE 17 de 2013, além da revogação da Resolução SEDE 18 de 2013:

VIII -COMERCIALIZADOR: ~~pessoa jurídica autorizada a vender gás ao consumidor livre na área de concessão conforme legislação vigente~~ agente que exerce atividade de compra e venda de gás natural, autorizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Resposta

Ver resposta à contribuição 6.

Contribuição não acatada.

10.2. Resolução SEDE nº 17/ 2013 – Inclusões Artigo 2º

Contribuição 66

“[...]

Sobre os Ramais Dedicados: Mais uma vez com o intuito de conferir competitividade ao Gás Natural, a Petrobras entende que é fundamental que os consumidores livres, além dos autoprodutores e autoimportadores, quando atendidos por ramal dedicado caracterizado como serviço local de gás canalizado, independente do responsável pela construção ou financiamento do ramal, tenham direito à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição Específica (TUSD-E) que deve ser calculada com base no investimento, quando realizado pela Distribuidora, e na parcela dos custos de operação e manutenção específicos do ramal dedicado, em observância aos princípios da razoabilidade, transparência, publicidade e às especificidades de cada instalação, conforme definição trazida pelo artigo 46 da Lei do Gás.

[...]

Desse modo, sugerimos a inclusão das seguintes definições no Artigo 2º da Resolução SEDE 17/2011:

RAMAL DEDICADO: aquele utilizado para abastecer, especificamente, Agente Livre diretamente conectado ao transportador, UPGN, terminal de GNL, ou a outras fontes de suprimento, devidamente autorizadas pela ANP, desde que não interligado à malha física da Distribuidora;

TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA (TUSD-E): tarifa cobrada pela concessionária referente à prestação do serviço de distribuição em Gasodutos Dedicados;

Resposta

Ver resposta à contribuição 4.

Contribuição não acatada.

10.3. Leilão para Aquisição de Gás Natural

Contribuição 67

“[...]

por fim, para garantir a transparência no processo de aquisição de GN, a segurança no suprimento do mercado da Concessionária e a modicidade tarifária, a Petrobras sugere a implementação, pela distribuidora, de um processo público, na modalidade de leilão, para aquisição do gás natural para fornecimento aos consumidores cativos, que permita a concorrência entre os diversos fornecedores (produtores, importadores e comercializadores).

[...]

Resposta

O atendimento ao mercado cativo não é objeto desta consulta pública.

Contribuição não acatada.

11. VALE S.A.

11.1. Resolução SEDE nº 17/ 2013 – Alterações Artigo 2º

Contribuição 68

“[...]

Art. 2º - Os incisos XII, XIII e XIV da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - [...]

XII - CONSUMIDOR CATIVO: consumidor de gás residencial, comercial ou veicular ou aquele que não tiver condições ou que não exerceu a opção de adquirir o gás de um comercializador, agente produtor ou importador;

XIII - CONSUMIDOR LIVRE: consumidor de gás, relacionado a único ponto de entrega que exerceu a opção de adquirir o gás de um comercializador, agente produtor ou importador;

XIV - CONSUMIDOR POTENCIALMENTE LIVRE: consumidor de gás, relacionado a único ponto de entrega, atendido, ou a ser atendido, pela concessionária, que atenda às necessidades previstas nesta resolução para tornar-se um consumidor livre;

Justificativa: a sugestão de alteração tange à não limitação de atendimento ao consumidor livre e potencialmente livre a um único ponto de entrega. Não entendemos que há razões para criação deste tipo de barreira quando o objetivo é criar regras claras e que facilitem o acesso ao mercado livre.

Resposta

Quanto ao inc. XII, a contribuição já se encontra contemplada na minuta apresentada nesta consulta pública.

Quanto aos inc. XIII e XIV, ver resposta à contribuição 9.

Contribuição parcialmente acatada.

11.2. Resolução SEDE nº 17/ 2013 – Inclusões Artigo 2º

Contribuição 69

“[...]

XXX – CONSUMIDOR PARCIALMENTE LIVRE: consumidor que possui contratação simultânea de compra de gás tanto no Mercado Livre quanto no Mercado Cativo.

Justificativa: deve ser assegurado o direito de o agente livre poder contratar o fornecimento de gás natural simultaneamente no mercado cativo e no mercado livre, enquanto subsistir um mercado cativo.

Com a abertura do mercado, consumidores habilitados a se tornarem livres poderão ter maior diversidade de opções contratuais de fornecimento da molécula (seja em preço, quantidade, prazo e flexibilidade). Neste sentido, num ambiente contratual diverso, os produtos e serviços ofertados na Comercialização deverão ser criados e adaptados às necessidades dos consumidores livres. Todavia, num primeiro estágio de evolução do novo modelo de gás natural no Brasil, a decisão de migração para o Mercado Livre pode envolver riscos e incertezas elevados. A contratação simultânea no mercado livre e regulado mitiga essas incertezas, ao permitir que o consumidor conheça o novo ambiente aos poucos, partindo de volumes menos essenciais até uma migração completa.

XXXI - TARIFA DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO (TUSD): tarifa que compreende a prestação do serviço de distribuição de gás canalizado ao consumidor livre e parcialmente livre, autoproductor ou autoimportador, nos termos desta Regulação.

Justificativa: importante definir a tarifa cobrada especificamente pelo serviço de distribuição prestado pela concessionária, uma vez que será este o custo a ser cobrado aos consumidores contratados no mercado livre.

XXXII - INSTALAÇÕES DE USO ESPECÍFICO: todas instalações, incluindo gasodutos que conectam diretamente o consumidor livre, o auto-importador, ou autoprodutor ao transporte, UPGN ou terminais de GNL, por meio de ramal específico não interligado ao sistema de distribuição.

Justificativa: importante definir as instalações de uso específico que poderão ser construídas pela distribuidora ou por outro agente privado, para conexão a fontes específicas de molécula de gás, contratada pelo consumidor livre.

XXXIII - TARIFA DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ESPECIFICA (TUSD-e): Tarifa que compreende a prestação do serviço de distribuição de gás canalizado para uso específico, conforme definição desta Regulação.

Justificativa: necessário definir uma tarifa específica para uso do sistema de distribuição, aplicável ao Agente Livre atendido por um ramal específico, a ser calculada considerando os custos de operação e manutenção realizado pela concessionária.

Resposta

Considera-se desnecessária a inclusão do inc. XXX. A regulamentação proposta permite que um consumidor seja atendido simultaneamente nos ambientes livre e cativo de contratação. Ver resposta à contribuição 2

Considera-se desnecessária a inclusão do inc. XXXI. Ver resposta à contribuição 5.

A proposta de inclusão dos inc. XXXII e XXXIII extrapola o assunto tratado nesta consulta pública. Ver resposta à contribuição 4.

Contribuição parcialmente acatada.

11.3. Resolução SEDE nº 17/ 2013 – Alterações Artigo 3º

Contribuição 70

“[...]

Art. 3º - Os incisos I e II, parágrafo 1º e parágrafo 5º do art. 3º da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - [...]

II - O consumidor potencialmente livre que seja conectado à rede a partir da data de abertura do mercado poderá ser consumidor livre ou parcialmente livre, desde que possua contrato de fornecimento para consumo próprio, no âmbito do mercado livre, ~~por um período mínimo de 1 (um) ano;~~ e que o volume contratado seja no mínimo o equivalente a 5.000 m³/dia (cinco mil metros cúbicos por dia).

Justificativa: entendemos que não cabe ao escopo da agência limitar a um período mínimo de 1 ano o contrato de fornecimento no âmbito do mercado livre, para que um consumidor potencialmente livre possa se tornar um consumidor livre. Estes contratos de fornecimento de molécula não devem ser controlados ou regulamentados no âmbito estadual.

[...]

~~*§ 4º - O consumidor potencialmente livre para se tornar consumidor livre, que tiver contrato vigente de fornecimento com a concessionária celebrado em data anterior a da abertura do mercado, conforme indicado no art. 4º desta resolução, é obrigado a informar sua intenção de se tornar consumidor livre com antecedência mínima de 1 (um) ano antes do vencimento de seu contrato com a concessionária através de aviso prévio, devendo cumprir o respectivo contrato até o seu vencimento.*~~

Justificativa: sugerimos retirar o § 4º da resolução vigente para ajustar as regras a todos os usuários livres ou potencialmente livres no estado e, assim, garanta maior acessibilidade e flexibilidade para a captura de

oportunidades oriunda da criação do novo arcabouço regulatório do estado.

[...]

§ 5º – O consumidor potencialmente livre que celebrar contrato no âmbito do mercado regulado com a concessionária a partir da data de abertura do mercado, conforme indicado no art. 4º desta resolução, é obrigado a informar sua intenção de se tornar consumidor livre com antecedência mínima de 120 dias antes do vencimento de seu contrato com a concessionária ~~através de aviso prévio, podendo ser reduzido bilateralmente entre as partes, e sem levar em consideração a data de encerramento do contrato vigente com a concessionária devendo cumprir o respectivo contrato até o seu vencimento. Caso fique comprovado que a migração não causará nenhum ônus à distribuidora, o movimento poderá acontecer a qualquer tempo.~~

Justificativa: com relação ao prazo de antecedência para comunicação da migração do consumidor do mercado ativo ao mercado livre, sugerimos permitir expressamente a migração em prazo inferior a 120 dias, desde que em comum acordo entre o agente livre e a concessionária, podendo ocorrer a qualquer tempo, desde que comprovadamente não implique em ônus para a concessionária.”

Resposta

Quanto à alteração do inc. II, não há de se falar em regulamentação para contratos, mas em regras para que um consumidor tenha acesso ao mercado livre, o que está na competência da regulação estadual do serviço de distribuição de gás canalizado. Nesse sentido, entende-se oportuna a manutenção de prazo. Ver também a resposta à contribuição 2.

Quanto à supressão do § 4º, a regra se aplicava no início da vigência do mercado livre em Minas Gerais, ocorrida em 2014, e já perdeu sua eficácia. Incluiu-se disposição expressa para sua revogação.

Proposta de alteração do §5º é desnecessária. Ver resposta à contribuição 1.

Contribuição parcialmente acatada.

11.4. Resolução SEDE nº 17/2013 – Inclusão de Artigo

Contribuição 71

[...]

“Art. “XX” – O consumidor livre ou parcialmente livre poderá vender volumes excedentes ao contratado e não consumido em suas operações.

Justificativa: em eventuais situações onde haja um desbalanceamento entre o volume de compra contratado pelo consumidor e a demanda efetiva, é pertinente a permissão da venda do excedente a um outro cliente dentro da rota de gasodutos, evitando assim o pagamento de possíveis penalidades por consumo abaixo de uma faixa mínima do contratado. Em geral, a venda de excedentes terá como único objetivo adequar portfólios e gerenciar riscos diante de uma parada não programada ou arrefecimento da demanda por condições diversas pertinentes ao seu mercado. Em tempo, o entendimento é que a comercialização pertence ao âmbito federal (ANP). À agência reguladora pode caber apenas, de fato, a menção de que os clientes livres (regulado em esfera estadual) podem comercializar seus volumes.”

Resposta

Ver respostas às contribuições 6 e 7.

Contribuição não acatada.

11.5. Resolução SEDE nº 17/ 2013 – Alteração Artigo 5º-A

Contribuição 72

[...]

Art. 4º - Fica acrescentado o art. 5º-A à Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013:

“Art. 5º-A – A concessionária do serviço de distribuição de gás canalizado em Minas Gerais deverá apresentar ao regulador, no prazo de 60 dias contados da publicação desta resolução, proposta de contrato padrão de distribuição de gás canalizado para homologação, em que serão definidas obrigações mínimas da concessionária e dos consumidores livres e parcialmente livres. O processo de aprovação da minuta pela agência reguladora deverá considerar as contribuições recebidas através de Consulta Pública aberta ao mercado.”

Justificativa: importante considerar a necessidade de consulta pública precedente à homologação do contrato pela agência reguladora.”

Resposta

Ver resposta à contribuição 14.

Contribuição acatada.

11.6. Resolução SEDE nº 17/2013 – Exclusão Artigo 6º

Contribuição 73

[...]

~~“Art. 6º – Os fornecedores de gás da concessionária não poderão, durante os 15 (quinze) primeiros anos após a abertura do mercado livre, realizar contrato de compra e venda de gás junto aos consumidores potencialmente livres, caso a redução de volume no mercado regulado gere a necessidade de pagamento de compromissos contratuais de retirada mínima de gás ou de utilização mínima do sistema de transporte pela concessionária ao seu fornecedor.~~”

Justificativa: este artigo é opositor às regras de flexibilização que se deseja criar com o movimento de abertura do mercado e não faz sentido a sua manutenção dentro do atual contexto.”

Resposta

Ver resposta à contribuição 15.

Contribuição não acatada.

11.7. Resolução SEDE nº 17/2013 – Inclusão de Artigo

Contribuição 74

[...]

“Art. “XX” – A concessionária e os agentes livres de mercado poderão firmar, mediante mútuo acordo, realizar o investimento do ramal dedicado, que permitam a esses últimos:

I - construir gasodutos e instalações de forma exclusiva;

II - construir gasodutos e instalações de forma compartilhada com a concessionária;

III - arcar integralmente com o custo da construção de gasodutos e instalações pela concessionária; e

IV - arcar parcialmente com o custo da construção de gasodutos e instalações pela concessionária.

Justificativa: permitir ao agente livre de mercado construir e implantar, diretamente, instalações e gasodutos para atender suas necessidades específicas, inclusive através de consórcios com um ou mais agentes livres, mediante celebração de contrato que atribua à concessionária sua operação e manutenção, fazendo jus a tratamento tarifário específico para o uso do sistema de distribuição exclusiva de gás canalizado (TUSD-e).

Pode ser explicitado o direito de preferência da concessionária para construir gasoduto dedicado, com prazo adequado para o seu exercício. Deve pressupor que a concessionária comprove à agência reguladora a

capacidade de fazê-lo em igualdade de condições com aquelas propostas pelo agente livre, relativas a custos para construção, especificações técnicas e prazo de execução do projeto.”

Resposta

Ver resposta à contribuição 4.

Contribuição não acatada.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Consulta Pública nº 18/2020 identificou 74 contribuições, conforme se apresenta na tabela abaixo.

Contribuições acatadas/parcialmente acatadas	20
Contribuições não acatadas	54
Total	74

Como resultado, apresenta-se nova minuta de Resolução que trata da revisão das regras do mercado livre de gás canalizado em Minas Gerais em que foram incorporadas as contribuições acatadas.

Dessa forma, recomenda-se a divulgação da presente Nota Técnica e a publicação da Resolução nos termos propostos.

Belo Horizonte, 08 de junho de 2021.

Marcelo Ladeira Moreira da Costa

Superintendente de Política Minerária, Energética e Logística

Pedro Oliveira de Sena Batista

Diretor de Energia



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Ladeira Moreira da Costa, Superintendente**, em 09/06/2021, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Oliveira de Sena Batista, Diretor (a)**, em 09/06/2021, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **27925525** e o código CRC **829B9891**.